



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S.
PEDRO DO SUL

Relatório de Gestão e Contas - 2025

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

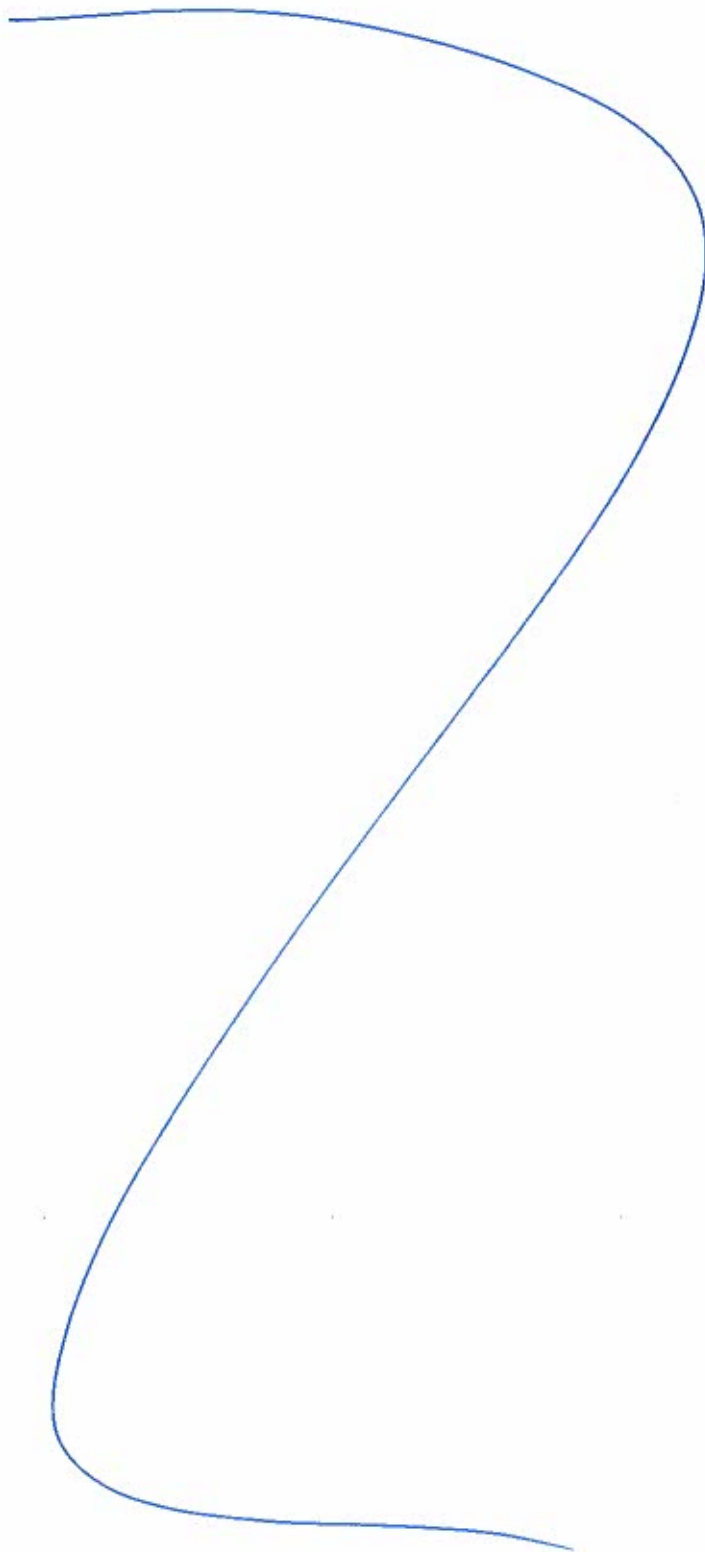


Março/2026

NIPC: 501 157 506



Sempre ao seu lado.



Handwritten signatures in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. The signatures are stylized and appear to be in cursive or a similar script.

Relatório de Gestão e Contas

2025 – Nota Prévia

Com o encerramento do ano de 2025, impõe-se um momento de reflexão sobre as expectativas definidas e os resultados alcançados. Desde o início, este foi um período exigente, marcado pela instabilidade decorrente dos conflitos na Ucrânia e na Faixa de Gaza, cujos efeitos inflacionistas continuaram a pressionar de forma significativa os custos operacionais.

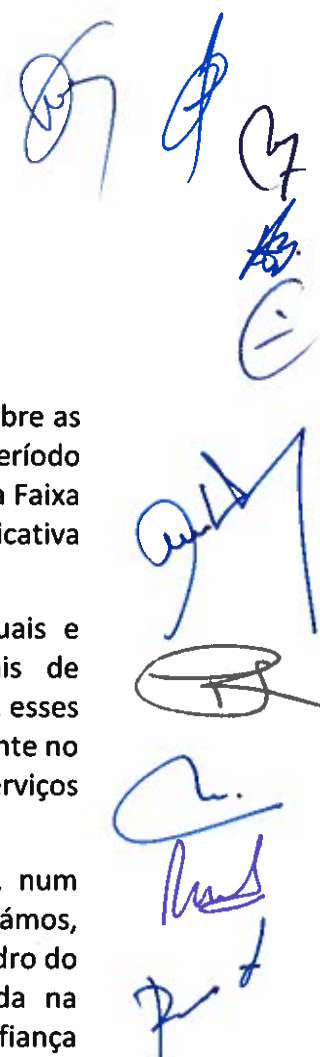
Parte desse impacto foi inicialmente mitigada por salvaguardas contratuais e condições comerciais favoráveis, que amorteceram os primeiros sinais de agravamento económico. Contudo, nos novos procedimentos de contratação, esses efeitos tornaram-se já evidentes. Ainda assim, mantivemos uma atuação assente no rigor, na qualidade e no cumprimento da nossa missão, garantindo que os serviços prestados continuassem a ser referência na região.

Ao longo do ano, trabalhamos para assegurar um equilíbrio responsável, num contexto económico que se apresentava cada vez mais incerto. Reafirmámos, também, o papel central da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul como uma instituição moderna, inclusiva e profundamente enraizada na comunidade. O reconhecimento que continuamos a merecer resulta da confiança dos utentes, das suas famílias e da sociedade local, mas também dos valores que orientam todas as nossas respostas sociais e do profissionalismo incansável das nossas equipas.

O ano ficou igualmente marcado pela continuidade dos investimentos estratégicos previstos, concretizados com prudência face ao aumento sustentado dos custos com pessoal e à pressão inflacionista. Destacam-se a remodelação de apartamentos destinados ao mercado de arrendamento e a intervenção no espaço da policlínica, iniciativas que reforçam a nossa capacidade de resposta futura e o compromisso social da instituição.

Importa sublinhar que estes investimentos foram executados sem comprometer o resultado líquido do exercício, que atingiu 271.895,27€, permitindo recuperar os níveis registados em 2024 e, simultaneamente, criar condições para retomar, de forma cautelosa, o investimento social previsto em carteira.

O ano transato voltou a reforçar, também, a relevância das instituições do setor social, quer na criação de emprego, quer no apoio direto às populações. Porém, persistem dificuldades significativas decorrentes da insuficiência das participações públicas face às exigências dos serviços prestados. A par disso, o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida, sem atualização correspondente dos acordos de cooperação para cabimentar as progressões de carreira ou dos



apoios à modernização de infraestruturas, continua a ameaçar a sustentabilidade do setor.

Acrescenta-se ainda a incerteza legislativa, nomeadamente o atraso na atualização e implementação da convenção coletiva de trabalho das Misericórdias, que contribuiu para a instabilidade e dificultou a atração de recursos humanos. Consideramos, por isso, essencial que as entidades competentes promovam uma revisão mais célere das tabelas salariais e da regulamentação aplicável às instituições da economia social.

Reiteramos, por fim, o compromisso assumido em relatórios anteriores: manter como pilares a exigência, o rigor, a transparência e a boa gestão, assegurando a qualidade das respostas sociais e prevenindo riscos financeiros, em particular eventuais tensões de tesouraria.

Com o envolvimento ativo da comunidade e a dedicação dos nossos colaboradores, continuamos resilientes, responsáveis e firmemente empenhados na nossa missão social.

A Mesa Administrativa



Índice

INTRODUÇÃO	9
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO.....	11
Mesa da Assembleia Geral	11
Mesa Administrativa	11
Conselho Fiscal	11
Identificação da Entidade.....	12
RCBE	12
POLÍTICA DE QUALIDADE.....	13
Missão	13
Visão	13
Valores.....	14
Objetivos estratégicos - período 2024-2026	14
FACTOS RELEVANTES.....	20
1.º Trimestre.....	20
2.º Trimestre.....	21
3.º Trimestre.....	22
4.º Trimestre.....	23
Balanço Objetivos Plano Atividades de Gestão.....	24
Balanço da Organização Administrativa.....	25
Quadro Associativo.....	27
SÍNTESE DE INDICADORES	28
1. Evolução do total de gastos.....	28
2. Evolução do total de rendimentos	32
3. Evolução dos resultados (operacional e financeiro)	38
4. Grandes Números da Atividade da MSPS.....	43
5. Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza	51
6. Sustentabilidade 2025.....	54
7. Eventos subsequentes.....	59
8. Proposta de aplicação de resultados.....	60
NOTA FINAL	61
ANEXOS.....	63









Anexo 1 – Relatório de Contas	65
BALANÇO	67
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	68
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	69
ANEXO 2025	70
1. Identificação da Entidade.....	70
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	70
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	70
3.1 Principais políticas contabilísticas.	70
4. Fluxos de Caixa	78
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	78
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural	78
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis	78
5.3 Propriedades de Investimento	81
6. Ativos Intangíveis	81
6.1 Outros Ativos Intangíveis.....	81
7. Custo de Empréstimos Obtidos.....	82
8. Inventários.....	83
9. Rédito	83
10. Provisões	83
11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	84
12. Benefícios dos empregados	84
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	85
14. Outras Informações	86
14.1 Investimentos Financeiros.....	86
14.2 Créditos a receber	86
14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	87
14.4 Outros ativos correntes	87
14.5 Diferimentos	88
14.6 Caixa e Depósitos Bancários	88
14.7 Fundos Patrimoniais	88
14.8 Fornecedores.....	89
14.9 Estado e Outros Entes Públicos	89
14.10 Outros passivos correntes	90

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração 90

14.12 Fornecimentos e serviços externos 90

14.13 Trabalhos para a própria entidade 91

14.14 Outros rendimentos 91

14.15 Outros Gastos 91

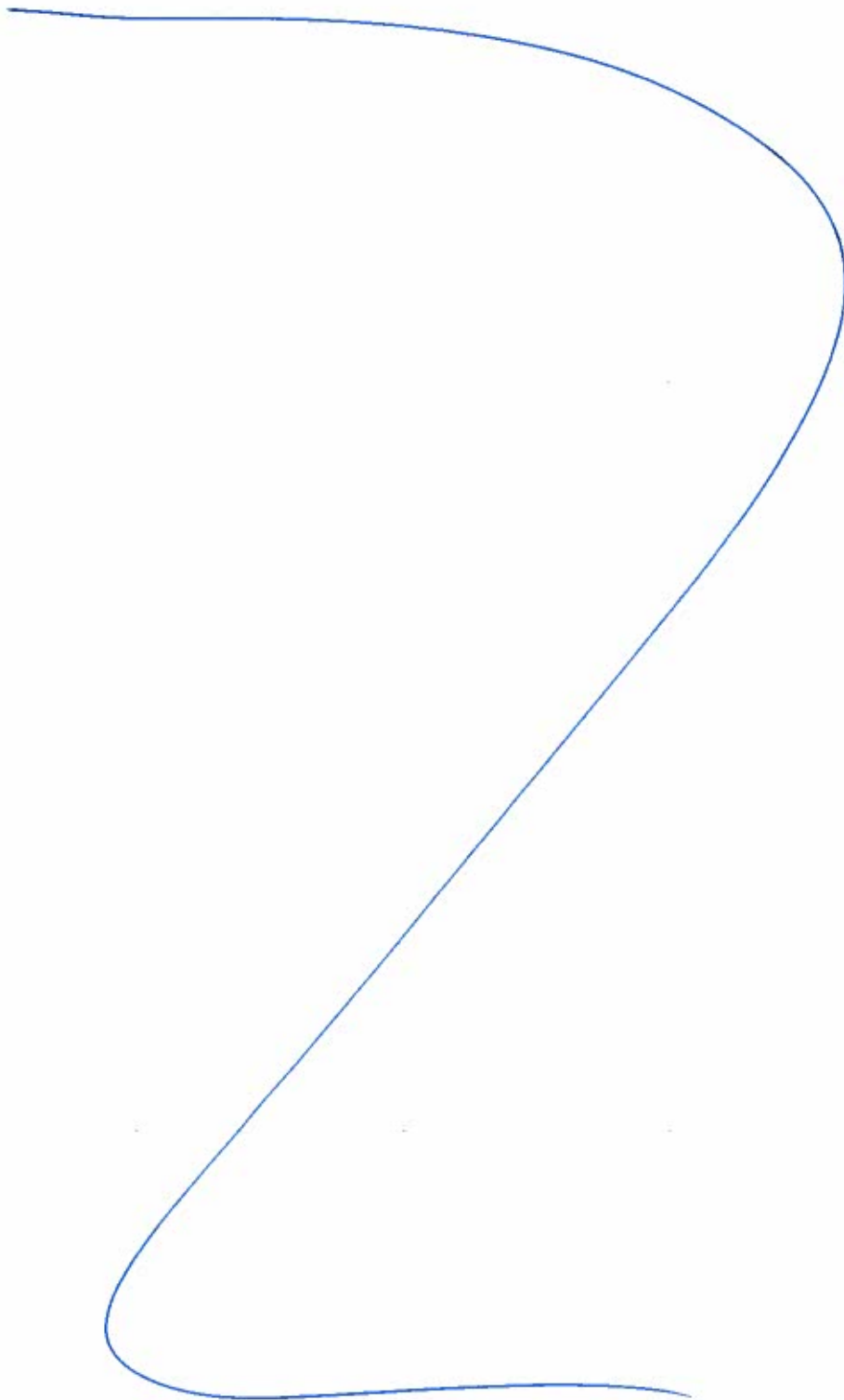
14.16 Acontecimentos após data de Balanço 92

Anexo 2 – DMR Comparativas 93

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS 95

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal 109

Anexo 4 – Ata da Assembleia Geral 111



Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. From top to bottom, they include: a signature that appears to be 'A. B. C.', a signature that appears to be 'D. E. F.', a signature that appears to be 'G. H. I.', a signature that appears to be 'J. K. L.', a signature that appears to be 'M. N. O.', and a signature that appears to be 'P. Q. R.'.

Relatório de Gestão e Contas - 2025

INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 06 de janeiro de 2023, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 18 de dezembro de 2022, mantém-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício do ano de 2025, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2025 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes indicadores no ano em referência:

- Cash flow de 544.431,79€;
- Autonomia Financeira de 87,51%;
- Gastos com o pessoal no montante de 3.459.316,85€;
- Comparticipações do ISS - Instituto da Segurança Social, IP, ao abrigo dos acordos de cooperação, no montante de 3.127.368,85€ (inclui componente do Ministério da Educação no Pré-escolar);
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2025 de 271.895,27€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam, em linha com o orçamento, um acréscimo do RLE, com uma recuperação do resultado para valores positivos no ano, assente num aumento dos rendimentos (16,95%) superior ao aumento dos gastos (6,00%). Para tal, contribuiu de forma significativa o acréscimo da prestação de serviços (15,35%), incrementado pela atualização das comparticipações dos utentes e Segurança Social e o acréscimo de 84,03% dos subsídios, doações e legados.

A nível dos gastos, registamos um agravamento mais moderado dos gastos com pessoal (6,18%, via atualização da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e da atualização da CCT – Convenção Coletiva do Trabalho) e do início das depreciações dos



investimentos realizados, que impactam e elevam os gastos com depreciações em 18,62%.

Recorde-se, a nível dos proveitos, a alteração de política contabilística na “Contabilização de Rédito”, preconizada pelo parecer da CNC – Comissão de Normalização, na qual as comparticipações mensais do Estado (Acordos com a Segurança Social) passaram a ter contabilização distinta desde 2023 (registo na rubrica 72 – Prestação de serviços em vez de 75 - Subsídios). Alteração que leva às flutuações significativas registadas na análise histórica entre os anos 2022 e 2023.

Do anterior e dentro da rubrica 72 – Prestação de Serviços, registamos o acréscimo média das comparticipações dos utentes/famílias de 2,41% e dos acordos de cooperação de 25,40%, beneficiados pela revisão do acordo de SAD e do novo acordo para o Centro de Dia, o que releva para um acréscimo global da rubrica 72, já mencionado, de 15,35%.

Destaca-se, também, o acréscimo de 6,86% de outros rendimentos e ganhos e da descida espectacular e significativa dos juros, que resultou num decréscimo de 44,97% nos rendimentos associados.

Por fim, se contabilizarmos os acordos de cooperação da Segurança Social (ISS) e os restantes subsídios deste organismo, de forma conjunta, registamos um acréscimo de 24,77%, também relevados pelas revisões dos acordos mencionados.

Registada uma estabilização da inflação no ano de 2025, apresentamos uma estrutura de despesa essencialmente centrada nos gastos com pessoal, em crescendo, seguindo-se o fornecimento de serviços externos, estável, pelo que se impõe cautela, não obstante o registo de estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos (forte subida face a 2024: 1.298%) e uma autonomia financeira estável e próxima de 90% (87,51% em 2025).

Não obstante o anterior, reiteramos a cautela e preocupação esplanada no orçamento para 2026, quanto à incerteza decorrente da instabilidade social e incerteza económica originada pelas guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza, às quais se junta o recente despoletar da guerra no Irão.

Abordamos o relatório de contas de 2025 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano e nos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelos rendimentos.



MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO

Os Órgãos Sociais, com mandato em vigor no ano 2025 (quadriênio 2023/2026), foram empossados a 06 de janeiro de 2023, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 18 de dezembro de 2022.

Dos Órgãos Sociais eleitos, obtivemos homologação pelo bispo diocesano a 18 de janeiro de 2023. Foi comunicado, ainda, o registo das eleições junto do Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu a 20 de janeiro de 2023.

Apresenta-se, nestes termos, a composição dos órgãos em funções a 31 de dezembro de 2025 (mandato 2023/2026, empossados a 06/01/2023).

Mesa da Assembleia Geral

Elementos em funções:

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretária – Paula Cristina Paiva Pinto

Mesa Administrativa

Elementos em funções:

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – António Santos Pais

Tesoureiro – Agostinho Almeida Bizarro

Secretário – Eduardo Rodrigues Silva

Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

Conselho Fiscal

Elementos eleitos:

Presidente – Manuel Conde Marques de Oliveira

Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro

Secretária – Maria João Santos Tavares Jorge

A Mesa Administrativa eleita foi recomposta na sua reunião de 12 de janeiro de 2023, atendendo o pedido de demissão apresentado pelo irmão eleito António Fernandes Almeida Pinto, por questões pessoais surgidas já após a tomada de posse, tendo sido chamado a ocupar o lugar efetivo o segundo irmão suplente, Agostinho Almeida Bizarro.

Para o ano de 2026, prevê-se novo ato eleitoral, a realizar em Assembleia Geral Eleitoral no decorrer do mês de dezembro.

Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, sob a forma de Irmandade da Misericórdia, com estatuto reconhecido de utilidade pública, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º 6 em São Pedro do Sul.

Como Instituição de Solidariedade Social, encontra-se registada, a título definitivo, na Direção-geral da Segurança Social, desde 12 de agosto de 1983, no Livro 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 51/83, a fl. 138, em conformidade com o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

RCBE

Procedeu-se à declaração de registo central do beneficiário efetivo (RCBE), decorrente do último ato eleitoral, a 24 de janeiro de 2023.

Procedeu-se à confirmação anual no RCBE, referente a 2024, a 20/12/2024.

Procedeu-se à confirmação anual no RCBE, referente a 2025, a 19/12/2025.



POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 6 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche e Pré-escolar.

Refira-se que, conforme previsto no plano de atividades e orçamento, procedeu ao encerramento do CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres em setembro de 2024.

Acresce ao anterior, as valências não tipificadas de auxílio à comunidade, como o apoio alimentar (incluindo-se o programa Privação Material), BAT – Banco de Ajudas Técnicas, horta comunitária e a Policlínica Nossa Senhora do Amparo, estruturada em 2025 e com abertura já no corrente ano de 2026.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

Missão

Ser o instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.



Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

- Referencial de valores humanistas – porque é importante criar e disponibilizar um serviço humanizado;
- Satisfação dos utentes – porque acreditamos e queremos garantir que o utente está sempre em primeiro lugar;
- Envolvimento – dos colaboradores, irmãos e outros indivíduos/instituições na concretização dos objetivos da Instituição, porque acreditamos no trabalho em equipa;
- Credibilidade – porque garantimos o cumprimento dos requisitos legais e procuramos a melhoria contínua da Instituição;
- Proximidade – porque colocamos paixão, inovação e criatividade nas abordagens e nas respostas;
- Inovação – porque fomentamos um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental.

Objetivos estratégicos - período 2024-2026

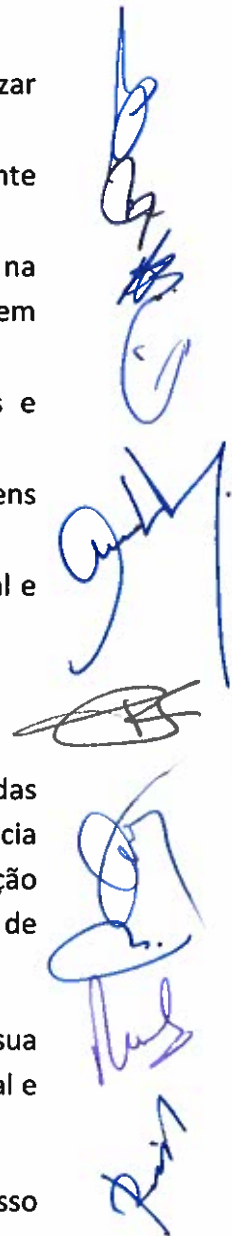
No plano estratégico aprovado para o triénio 2024-2026 registamos como uma das principais linhas de força, para o triénio, a condução desta Instituição à sua referência como uma organização de excelência na prestação de serviços; como uma organização de referência na defesa dos direitos de todas as pessoas; e como uma organização de oportunidades para a autodeterminação dos seus utentes.

Igualmente incontornável, neste movimento, consideramos a prossecução da sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e estudar, ponderar e consolidar novas áreas de intervenção.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo já bastante atrasado de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, com ou sem o eventual enquadramento orçamental em termos de apoio público para a execução das obras (recorde-se a não aprovação a nível do programa PARES 3.0 e PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, por falta de dotação orçamental).

Processo para o qual, independentemente de um eventual apoio público, já foi lançado em 2025 o concurso público para a 1.ª fase das obras (cobertura e fachadas), tendo-se procedido à respetiva contratualização, prevendo-se o arranque das obras no primeiro trimestre de 2026.

Em relação ao outro grande projeto da Instituição, o Hotel Geriátrico, o mesmo, atendendo o indeferimento da candidatura ao PRR para o Hotel, também por falta de dotação orçamental, e face o agravamento da estimativa orçamental para a empreitada,



foi levado a reunião de Assembleia Geral, estando-se, atualmente, em processo de reformulação do projeto para novas áreas de intervenção, a passar pela habitação (para arrendamento), realocização do Centro de Dia e serviços na área da saúde.

Não esquecemos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, mais concretamente na zona do Pré-escolar (e em complemento à intervenção realizada na Creche), por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social.

Por fim, refira-se a implementação da clínica de fisioterapia (Policlínica Nossa Senhora do Amparo), cuja adaptação do espaço foi concluída em 2025, adquirido o equipamento e a entrada em funcionamento ocorreu já no corrente ano de 2026.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na instituição é, assim, uma preocupação constante, no sentido de transformar a MSPS numa instituição inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

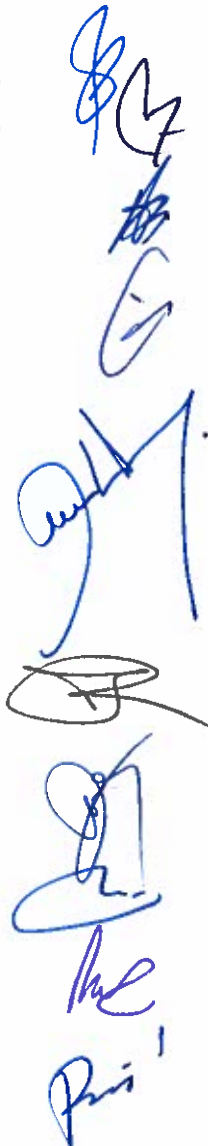
Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos

Associativismo:

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, rejuvenescendo a sua base associativa, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.
- Estudar o plano de regalias de associados, eventualmente alargando-o, levando a discussão o mesmo a Assembleia Geral.

Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos.
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços.
- Apresentar candidaturas a projetos nacionais e comunitários para o financiamento de projetos estruturais (investimentos/obras) e projetos de inovação social setoriais.
- Promover o projeto de “Clínica de Fisioterapia”, tendo acoplado conjunto de prestação de serviços à comunidade, nomeadamente com parceiros comerciais.
- Promover o projeto de habitação e alargamento de serviços de saúde no edifício do antigo hospital, acoplado conjunto de prestação de serviços à comunidade com parceiro comercial.



Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação atuais.
- Estabelecer acordo de cooperação para CD – Centro de Dia (Transferência do acordo do CATL).
- Melhorar qualitativamente as condições de habitabilidade e serviço na ERPI – Lar de Grandes Dependentes, pela remodelação do edifício.
- Apostar na qualificação profissional contínua dos colaboradores e disponibilizar ações de natureza formativa a familiares e cuidadores informais.

Comunicação:


- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade.
- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade.
- Divulgar a política de mecenato e patrocínios.
- Remodelar o site institucional, tornando-o responsivo e adaptando-o a novos grafismos e interligação com as redes sociais.

Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos.
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS, a partilha de saberes e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congéneres e/ou coorganizar atividades interinstitucionais.

Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e validação do processo global de SGQ.
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).



A organização e implementação da estratégia, à semelhança do plano anterior, mantém-se assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos; desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.

Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciado na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio “ciclo da vida” é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados (muito deles paliativos) em idades mais avançadas.

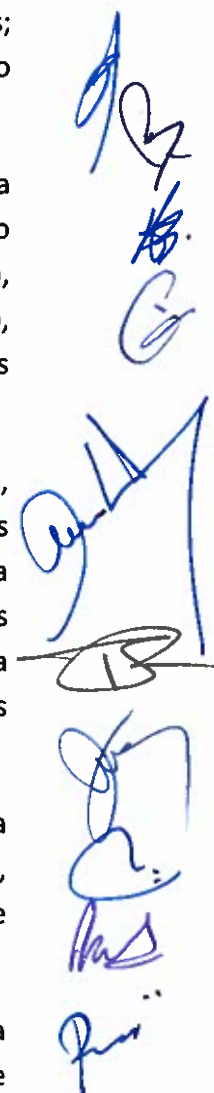
A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspetos técnico-profissionais de geriatria (ex. personalização de cuidados e prevenção de maus-tratos) e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente e contínuo peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Neste campo, a nível de CCT – Contrato Coletivo de Trabalho em vigor, refira-se a dificuldade acrescida pela desatualização constante das CCT em vigor: UMP/SEP e outros de 29/06/2023, revista/atualizada a 22/11/2025, aguardando-se a respetiva publicação da Portaria de extensão; e, UMP/FNE e outras de 15/04/2023, revista/atualizada a 29/10/2025.

Adicionalmente, importa referir o risco de simultaneidade de convenções, nomeadamente com o CCT da CNIS, tal como aconteceu já em períodos anteriores, o que traz diferenças de critérios e dificuldades operacionais.

Importa referir, também, que com a subida anual da RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida e como as tabelas têm sido revistas apenas perto do final do ano, estas ficam de imediato com tabelas salariais desatualizadas, o que representa um desafio para o setor social (e consequentemente para esta Misericórdia), na reposição de algum equilíbrio e justiça salarial, via atualização anual regrada dos níveis salariais acima da base da RMMG.



Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, Comissões Municipais, protocolos institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção consubstancia o carácter participativo e interventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o *empowerment* ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, conseqüentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação cada vez mais alargada.

O ano de 2025 foi, neste campo, o segundo ano de implementação do plano estratégico em vigor (triénio 2024-2026), do qual, em termos gerais, apontamos os seguintes aspetos:

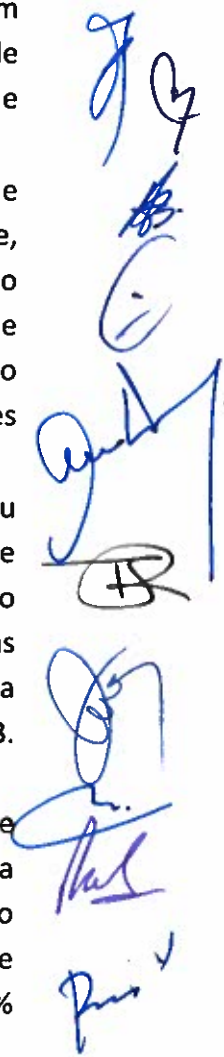
- O plano está a ser promovido com uma estrutura organizativa, potenciando os vários setores/áreas de atuação da MSPS, numa lógica de partilha de responsabilidades e de assunção das dinâmicas, objetivos e desempenho de cada serviço. Estes são discutidos, desenhados e assumidos pelas pessoas diretamente implicadas na gestão dos mesmos.
- Consolida, também, uma melhoria contínua do modelo de funcionamento geral da instituição, a par das regras de funcionamento e formas de proceder, bem como do reforço do quadro técnico e desenho de nova resposta social a implementar.
- Externamente, continuamos a “alimentar” o exercício de transparência, traduzido na partilha e comunicação do que se faz e dos projetos institucionais. Refira-se os conteúdos de planeamento, de regulação de serviços, da atividade institucional, que são permanentemente atualizados na internet e a ser comunicados em notas de imprensa, garantindo um acesso alargado e público à informação produzida pela instituição.
- A melhoria das infraestruturas (que ainda decorre e continuará a decorrer) e o embarcar no desafio da definição de um processo de gestão da qualidade para



eventual certificação, com atraso significativo, dado que ocupa boa parte da energia e da maturação dos quadros técnicos e não técnicos da MSPS, dedicados a encontrar formas de espelhar a sua atuação, na definição de uma linguagem comum, para objetivos comuns. Está-se a delinear e a “escrever” as formas de fazer, partindo da prática diária dos serviços, da própria cultura organizacional e como resposta às exigências da modernidade do terceiro setor.

- Estamos na fase da maturidade, estando os serviços a promover o autocontrole de acordo com a regulação estabelecida e a monitorização permanente, permitindo tomar decisões considerando um conhecimento e um maior domínio do todo institucional. Esta maturidade verifica-se, também, pela capacidade atual das equipas para planear, medir resultados e focalizar a sua atenção no utente, nunca deixando de parte a ligação institucional com os corpos gerentes e o próprio envolvimento destes no processo.
- Mas, também, nos deparamos com desafios adicionais, destacando-se, pelo seu impacto, o atraso na conclusão da definição dos processos do sistema de qualidade, pela falta de tempo útil para as reuniões preparatórias e de desenho dos processos. Desafio que foi muito condicionado pelas limitações organizativas decorrentes da fase de pandemia Covid-19 (e pós pandemia) e que levou a uma alteração completa dos hábitos, rotinas e planeamento entre 2020 e 2023. Alterações das quais se tem paulatinamente reposto desde então.
 - Em termos de desafios condicionantes, também registamos no ano de 2025 o impacto social e económico da continuação da guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, com a intervenção da instituição no apoio integrado e em parceria aos refugiados, para além da definição de estratégias de mitigação do impacto económico da estabilização da inflação nos 2,3% (média de 2025), venda de valores recorde nos anos anteriores.

Documento divulgado/disponível de forma aberta na página internet institucional (www.mspsul.pt).



FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

1.º Trimestre

- Aprovação da candidatura submetida ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, para a aquisição de uma viatura elétrica de passageiros (9 lugares), com transformação (aviso 12/C03-i01/2024), com vista a afetação da mesma às ERPI.
 - Termo de aceitação assinado a 20 de fevereiro, com um montante financeiro de apoio de 40.000,00€.
- A 17 de janeiro, dia em que se completam os 150 anos da aprovação dos primeiros estatutos, demos início às comemorações dos 150 anos da Instituição, que decorreram ao longo de todo o ano.
- A 19 de janeiro, fomos distinguidos pelo NovoBanco como “Cliente valor Negócios 2025”, pelo desempenho, competitividade e envolvimento.
- A 26 de janeiro, foi realizada visita de acompanhamento técnico à resposta social de Centro de Dia, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- A 26 de fevereiro, foi realizada visita de acompanhamento técnico à resposta social de SAD, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- A 17 de março, foi realizada visita de acompanhamento técnico às respostas sociais de ERPI – Casa da Quinta e ERPI Lar de Grandes Dependentes, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- No primeiro trimestre, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em fevereiro, por ajuste direto simplificado, o referente à empreitada elétrica e instalação de aparelhos de AC da clínica de fisioterapia.
 - Em março, por ajuste direto simplificado, o referente ao fornecimento e aplicação de pintura epoxy de alta resistência da cozinha central.
 - Em março, por Consulta prévia, o referente à “aquisição de viatura elétrica de passageiros, nove lugares, com transformação de categoria ISSO 12 12 18”, ao abrigo do programa Mobilidade Verde.
- A 20 de fevereiro, conjuntamente com o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul e MUT – Associação Mutualista de S. Pedro do Sul, realizou-se o desfile de Carnaval das crianças, pela Av. Sá Carneiro em São Pedro do Sul.



- Em fevereiro e março, articulamos, divulgamos e participamos na campanha “Energia Solidária – 2025” promovida pela Entrajuda e Galp, possibilitando a atribuição de uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 60 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (152 beneficiários).
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se à renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em janeiro, o referente à manutenção preventiva do Grupo gerador e PT – Posto de Transformação.
- A 06 de março, procedeu-se à assinatura de adenda ao acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, referente ao 1.º semestre de 2025.
- A 31 de março, procedemos à (Re)inauguração da Creche Girassol, decorrente do processo de obras de beneficiação e eficiência energética, com a presença de entidades locais/da região.
- Em março, fomos parceiros da Associação Desportiva Academia Andebol – São Pedro do Sul, na realização do “XIII Termas Andebol Cup”, através da cedência de instalações no antigo Centro de Saúde para o alojamento das equipas participantes.

2.º Trimestre

- Entre 01 e 04 de abril decorreu a XIV Feira do Livro no Jardim da Misericórdia, manifestação cultural de referência na promoção do livro e da leitura, em parceria com a Agatha Books e o apoio da Farmácia da Misericórdia e Município de São Pedro do Sul.
- A 15 de abril, foi realizada visita de acompanhamento técnico às respostas sociais de Creche e Pré-escolar, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- Em abril, foram concluídas as obras de remodelação dos apartamentos T1 correspondente ao R/c da casa das Termas e do T3 correspondente à fração B do prédio da Belavista em São Pedro do Sul, com a respetiva colocação no mercado de arrendamento local.
- A 09 de maio, procedemos à alienação em hasta pública do prédio urbano sito na R. do Outeiro, lugar de Figueirosa – Bordonhos (U217) e de uma viatura ligeira de passageiros Opel Corsa 29-77-EJ, confirmadas a 20 de maio.
- No âmbito do aviso n.º 1/2025, apresentamos a 08 de maio candidatura ao PROCOOP para a revisão do acordo de cooperação de SAD e a 15 de maio para novo acordo de Centro de Dia.
- A 24 de maio dinamizamos a “Caminhada Comemorativa dos 150 anos” da Instituição, num percurso que passou pelo património da Misericórdia em S. Pedro do Sul.

- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se à renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em junho, o referente à aquisição de equipamento e material informático e serviços de apoio, desenho de website e assistência/suporte a ERP.
- Entre os dias 09 e 15 de junho, decorreram as comemorações de S. António, padroeiro desta Misericórdia, com um programa cultural abrangente e aberto à comunidade.
- A 18 de junho, numa iniciativa conjunta com o Município e as restantes IPSS concelhias, promovemos a “II Jornada + Visibilidade – pensar a pessoa idosa”, com um leque alargado de especialistas oradores, destinado a cuidadores e comunidade em geral.
- A 27 de junho, realizou-se, de forma abrangente e mais participativa, a Festa Final de Ano Letivo nas valências da área de infância, tendo a festa de finalistas decorrido anteriormente a 13 de junho.
- A 29 de junho, a Misericórdia de S. Pedro do Sul foi Homenageada pelo Município de S. Pedro do Sul, pelo seu exemplo de solidariedade e de serviço à comunidade.
- Apresentado à Segurança Social o pedido de renovação da comparticipação por funcionamento em horário alargado – creche, para o ano letivo 2025/26.

3.º Trimestre

- A 14 de agosto, procedeu-se à assinatura de adenda ao acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, referente aos meses de julho e agosto de 2025.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em agosto, do aluguer de colunas/máquinas dispensadoras e purificadoras de água.
- Em setembro apresentou-se candidatura ao Programa Mobilidade Solidária da Fundação EDP, para uma viatura elétrica adaptada ao SAD.
 - Candidatura não selecionada.
- No terceiro trimestre do ano, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em setembro, por concurso público (e após dois concursos desertos – julho e agosto), a empreitada de “remodelação da ERPI Lar de Grandes Dependentes, Fase 1: Lote 1 cobertura em painel sandwich”.
 - Em setembro, por ajuste direto (e após dois concursos desertos – julho e agosto), a empreitada de “remodelação da ERPI Lar de Grandes Dependentes, Fase 1: Lote 2 Alvenarias exteriores (capoto).
- Foi aprovada pelo ISS a transferência do acordo de cooperação do CATL (encerrado em 2024), para o Centro de Dia, com efeitos a 01 de junho de 2025,

com assinatura do respetivo acordo de cooperação para 14 utentes a 01 de setembro.

- Foi aprovada a candidatura ao apoio à Creche por funcionamento em horário alargado, ano letivo 2025/26, e assinada a 24/09/2025 a respetiva adenda ao protocolo de cooperação com a Segurança Social.
- Decorrente da necessidade de substituição dos equipamentos obsoletos do parque infantil do jardim, foi aprovado o projeto de implementação de novos equipamentos no mesmo e respetiva contratualização.
- Foi submetido junto da Câmara Municipal, a 03/09/2025, comunicação de escassa relevância urbanística para a instalação de contentores para abrigos agrícolas na Horta Comunitária, bem como definição de projeto de organização do espaço para Horta Pedagógica.

4.º Trimestre

- Em outubro, em articulação com a UCC de São Pedro do Sul, procedemos à programação da campanha de administração alargada da vacina da Gripe a utentes das ERPI, Centro de Dia e colaboradores da MSPS e iniciamos, de igual modo, a campanha de administração da dose de reforço da vacina contra a Covid-19 junto dos utentes e colaboradores das ERPI.
- A 08 de outubro, procedeu-se à assinatura de adenda ao acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, referente ao último quadrimestre de 2025.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se à renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em outubro, à atualização/substituição do monta cargas da cozinha central da Misericórdia.
 - Em novembro, excecionalmente à consulta e renegociação da carteira de seguros, após rescisão unilateral por parte da companhia CA Seguros da apólice de AT, tendo-se optado pela rescisão das restantes apólices e consequente nova consulta e contratualização junto de nova companhia seguradora.
- Foi aprovado, em novembro, a candidatura ao PROCOOP para a revisão do acordo de cooperação de Centro de Dia, em mais 12 utentes, com assinatura do respetivo acordo a 17 de novembro.
- Foi aprovado, em novembro, a candidatura ao PROCOOP para a revisão do acordo de cooperação de SAD, em mais 5 utentes na tipologia/percentagem de 85%, com assinatura do respetivo acordo a 28 de novembro.
- Em outubro e novembro, no âmbito da campanha “Energia Solidária – 2025” promovida pela Entrajuda e Galp, procedeu-se à atribuição de uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 57 famílias mais carenciadas dos concelhos de S. Pedro do Sul e Vouzela (152 beneficiários).



- No quarto trimestre do ano, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em outubro, por ajuste direto simplificado, a elaboração de projeto de arquitetura paisagística para a acessibilidade do jardim da sede.
 - Em novembro, por ajuste direto simplificado, a elaboração de projeto de arquitetura paisagística para os jardins das ERPI e edifício da área de infância.
 - Em dezembro, por ajuste direto simplificado, a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica aos equipamentos AVAC, solar térmico e solar fotovoltaico.
- Atualização do RCBE a 19/12/2025 (Registo de Beneficiário Efetivo).

Balanço Objetivos Plano Atividades de Gestão

Conjugando os factos relevantes mencionados anteriormente com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão e Orçamento 2025, fazemos o seguinte balanço.

No sector patrimonial, em termos de investimento

- Procedeu-se ao desenvolvimento das obras de adaptação e aquisição de equipamento para a clínica de Fisioterapia.
- Não se concretizou a escritura de aquisição das casas da R. de S. Vicente de Paula - aguarda-se formalização do acordo por parte da Conferência S. Vicente de Paula.
- Procedeu-se à remodelação de apartamento da Bela Vista e à sua colocação no mercado de arrendamento.

No sector patrimonial, em termos de desinvestimento

- Procedeu-se à conclusão da alienação do prédio rústico R199.
- Não se procedeu à alienação dos prédios rústicos inscritos nas matrizes R743 e R 479.
- Procedeu-se à alienação em hasta pública do prédio urbano devoluto inscrito na matriz U217.
- Não se procedeu-se à alienação do prédio urbano devoluto inscrito na matriz U851.
- Procedeu-se à alienação da viatura ligeira de passageiros Opel Corsa 29-77-EJ.

Em termos de ações de natureza estratégica

- Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas. Acresce, a este, a possibilidade de consignação fiscal por todos os contribuintes na altura da entrega da declaração de IRS.
- A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras, tendo resultado, no ano, num volume de 5.567 horas de formação.
- Não foi apresentada candidatura ao PRR/PT 2030 para os projetos em carteira, atendendo a que não foram abertos avisos enquadráveis.
- A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno, associando-se etapas de desmaterialização e plataforma informática de gestão.
- Procedeu-se ao longo do ano à comemoração dos 150 anos da Misericórdia de S. Pedro Sul, numa diversidade de iniciativas.

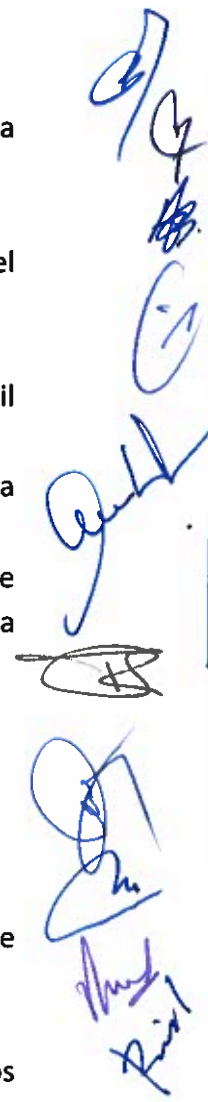


Balço da Organização Administrativa

Em termos de organização administrativa e financeira, apontamos ainda as seguintes notas:

- Manutenção de um quadro estável de recursos humanos (com ligeira subida por via do alargamento da creche e reforço de equipas), tendo-se procedido ao recrutamento de acordo com as necessidades de reforço e/ou substituição de colaboradores, integrando no mesmo as direções técnicas, técnicos especializados, pessoal administrativo e pessoal auxiliar. Ponto a desenvolver mais à frente.
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com as médicas, capelão e canalizador.

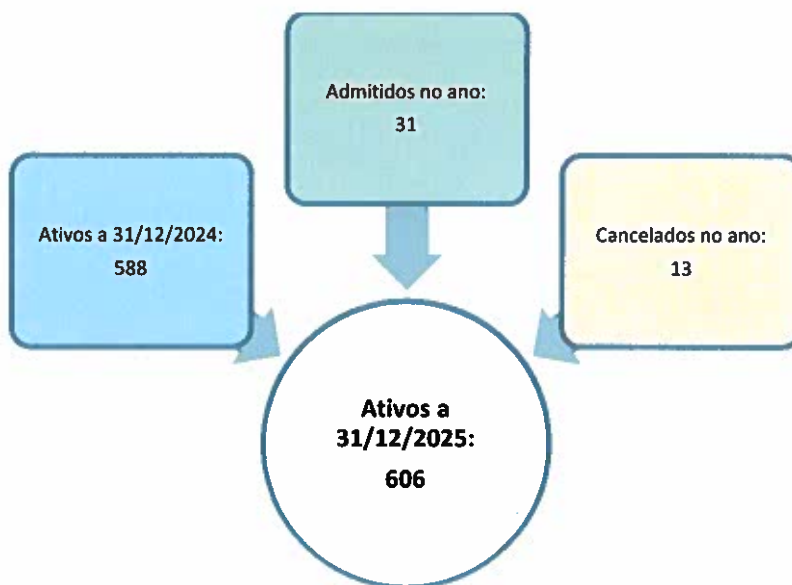
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com o Contabilista Certificado (CC) e com o Revisor Oficial de Contas (ROC).
- Patrocínio jurídico (processos em curso) com:
 - Miranda, Barreto & Associados, SP, RL – reclamação de juros IVA AT;
 - Luís Loureiro, João Gomes e Associados – Advogados, SP RL – assessoria jurídica geral;
 - Assessoria que terminou a 31/12/2025.
 - João Martins – processo de Divisão de Coisa Comum referente ao imóvel da R. dos Condes em Lisboa e José Almeida.
 - Assessoria que terminou a 31/12/2025.
 - LR Advogados (Lopes Ribeiro/Mélanie Grilo) – processo do Brasil (herança de Valentim Ribeiro de Almeida).
 - As assessorias terminadas, acima indicadas, foram substabelecidas na Dr.ª Marta Palrinhas, com efeitos a 01/01/2026.
- Em termos de instituições bancárias de referência, sem prejuízo de levantamento de condições comerciais junto de outras entidades, mantemos a relação comercial com:
 - CA – Crédito Agrícola;
 - CGD – Caixa Geral de Depósitos;
 - NB – Novo Banco;
 - Banco Montepio;
 - BPI – Banco Português de Investimento.
- Mantemos representação em Comissões e Grupos de Trabalho junto de entidades públicas e privadas, nomeadamente:
 - Assembleia Geral do Corpo Voluntário de Salvação Pública;
 - Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Pedro do Sul;
 - Comissão Municipal de Proteção Civil;
 - Conselho Municipal para a Educação;
 - CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul (Comissão Alargada e Restrita).
 - Rede Social de São Pedro do Sul (CLAS e Núcleo Executivo);
 - Secretariado Regional do Distrito de Viseu da UMP – União das Misericórdias Portuguesas
- Participações sociais:
 - Associado da Rádio Lafões.
 - Associado do CA – Crédito Agrícola de Beira Douro e Lafões.
- Reforço das iniciativas no âmbito da responsabilidade social, consignação fiscal, do mecenato e do patrocínio, para assegurar o apoio financeiro e/ou em espécie (bens/serviços) de modo a viabilizar a sustentabilidade da Instituição, enquadrando-se, por exemplo, iniciativas de angariação de fundos.



- Promoção de canais de informação e divulgação das atividades institucionais: página de internet, página de Facebook, placards informativos internos, revista "Caminho no Tempo", newsletters, notas de imprensa.

Quadro Associativo

Quadro associativo estável, contudo, com ligeiro acréscimo no ano, atendendo o seguinte registo de evolução de irmãos no ano de 2025:



Obs.: Irmãos cancelados inclui por falecimento, a pedido do próprio ou exclusão nos termos dos Estatutos.

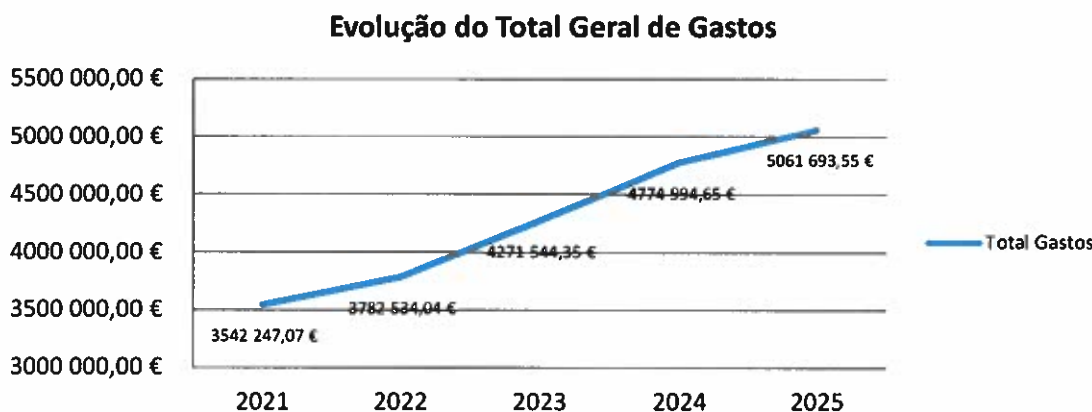
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Pina', 'Luis', and others.]

SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

1. Evolução do total de gastos

O volume de gastos correntes foi em 2025 de 5,06 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,00% face ao ano anterior.



Destacamos, sem prejuízo de uma análise mais cuidada, um acréscimo generalizado das contas de gastos e, devido ao seu forte impacto contabilístico, os seguintes indicadores gerais: acréscimo do custo com as mercadorias vendidas e das matérias consumidas (13,34%); agravamento dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos (1,88%); agravamento (já esperado no orçamento) dos gastos com o pessoal (6,18%), motivado pela atualização progressiva da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais e atualizações salariais verificadas; agravamento das depreciações e amortizações (18,62%), por via da conclusão de investimentos em curso; decréscimo das perdas por imparidade (-88,18%); e acréscimo de outros gastos e perdas (47,53%).

Reforce-se que, de forma geral, a estrutura de gastos está com evolução gradual (e gerível/controlável), apesar do agravamento de gastos registado de uma forma geral. De facto, o impacto central no agravamento da estrutura de gastos decorre, essencialmente, dos encargos com pessoal. Este, considerando o seu peso na estrutura global de gastos, tem um consequente impacto negativo nas contas.

De facto, neste período de 2021 a 2025, a RMMG passou de 665,00€ para 870,00€. Esta progressão da RMMG representa uma subida, neste intervalo de tempo, de 30,83%, cujo impacto no último ano (6,09% – está em linha à registada em anos anteriores), apesar do equilíbrio com a redução de outros gastos por via da estabilização da inflação e negociações contratuais, conseguiu-se equilibrar pelo acréscimo de rendimentos, mesmo com as atualizações extraordinárias à tabela remuneratória via CCT – Convenção

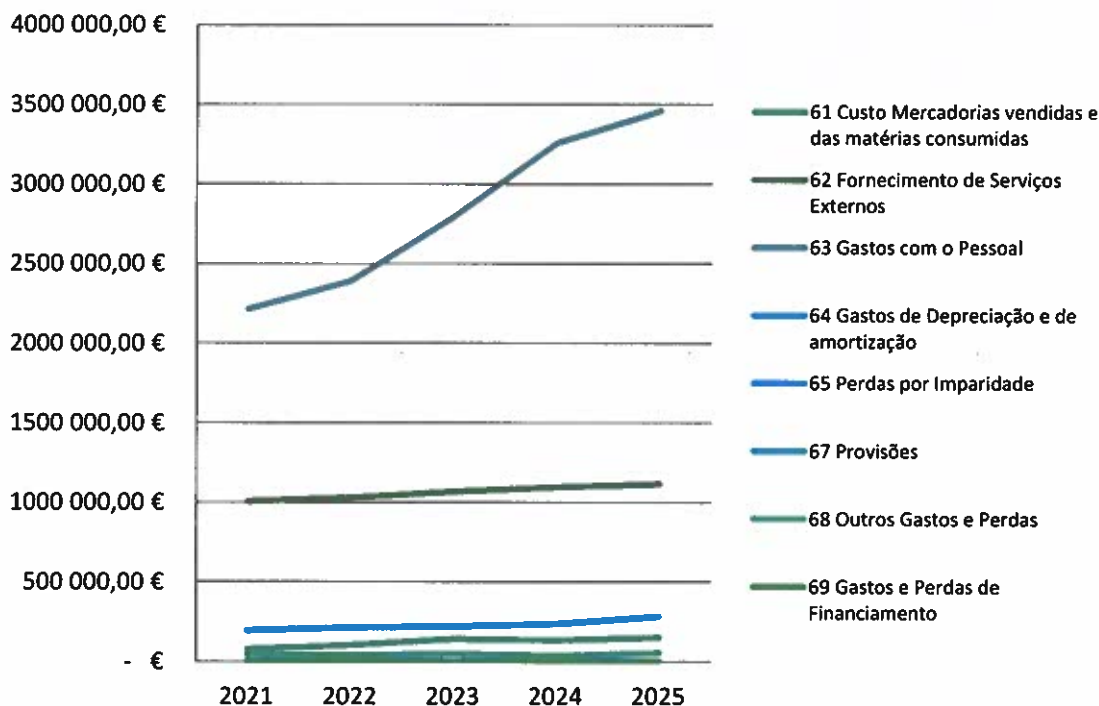
Coletiva do Trabalho verificadas. Beneficiou-se, do alargamento dos acordos de cooperação.

Dentro da estrutura de gastos e concentrando a análise nas rubricas materialmente relevantes dos FSE – Fornecimento de Serviços Externos, registamos um agravamento dos encargos com eletricidade, com um acréscimo de 20,51% (montante de 13.668,02€), decorrente da subida das tarifas energéticas verificadas nos últimos anos e aumento de consumo (por mudanças de equipamentos de climatização a gás para eletricidade – AC); um agravamento da subconta de serviços diversos em 7,62%, essencialmente devido ao agravamento das despesas de limpeza e higiene em 18,59% (montante de 24.930,15€); um agravamento do fornecimento de água em 25,59% (montante de 9.030,23€), por atualizações de tarifas camarárias; e um agravamento dos subcontratos, com uma subida de 1,44% (acrécimo de 4.439,31€), essencialmente associado à alimentação, onde se inclui as refeições dos colaboradores, decorrente da atualização contratual de preços e acréscimo de refeições confeccionadas por via do apoio alimentar extraordinário facultado a refugiados e cerimónias dos 150 anos.

A atenuar o agravamento dos FSE, registamos uma redução dos gastos com combustíveis em 23,21% (montante de 41.271,97), decorrente da transição energética em curso e maior estabilização dos preços de gás e restantes combustíveis, o que reforça a necessidade de aceleração na transição energética referida; e das rendas e alugueres em 15,73%, fruto do término de contratos de *renting*.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

Evolução dos totais de Gastos por tipo

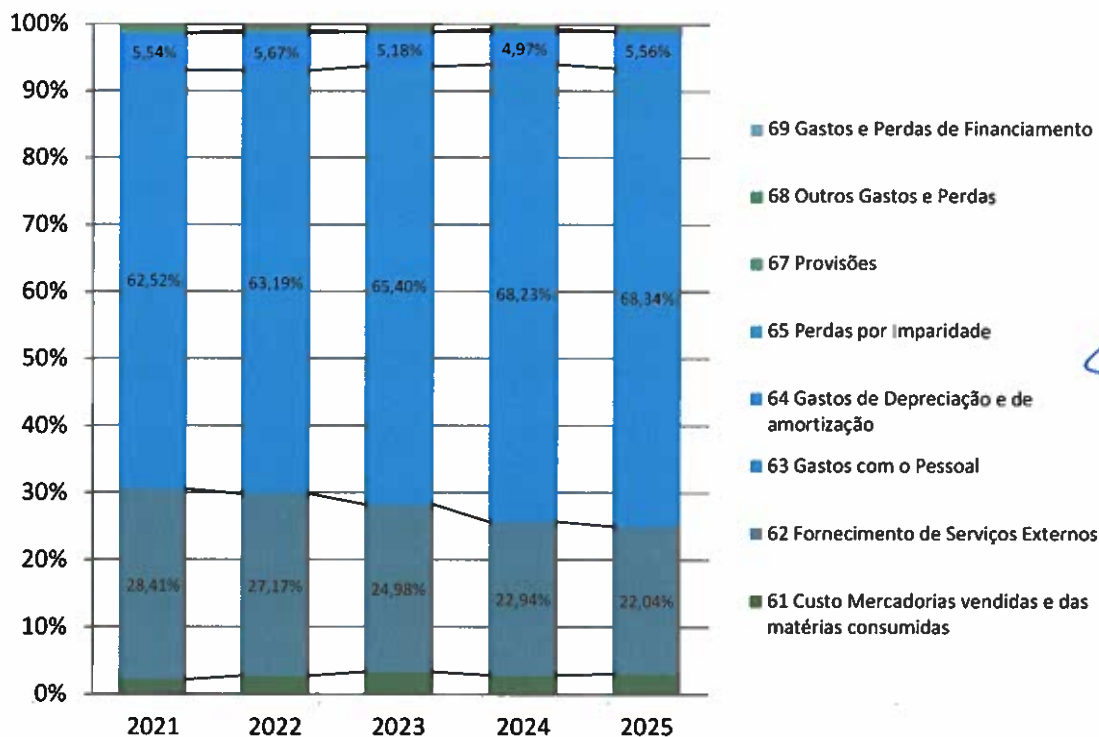


Da totalidade dos gastos, os encargos com pessoal, continuam, em linha com os anos anteriores, a representar a fatia com maior peso percentual na estrutura de gastos e perdas. De facto, numa curva sempre crescente, representam, em 2025, 68,34% do total de gastos, o que reflete um aumento de 0,11pp – pontos percentuais face a 2024 e de 5,82pp face a 2021.

Destaca-se, ainda e como grande rúbrica de gastos, o FSE – Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual continua em curva descendente suave, cifrando-se em 22,04% no ano de 2025 (-0,90pp face a 2024), o menor valor de peso percentual registado neste período de cinco anos.

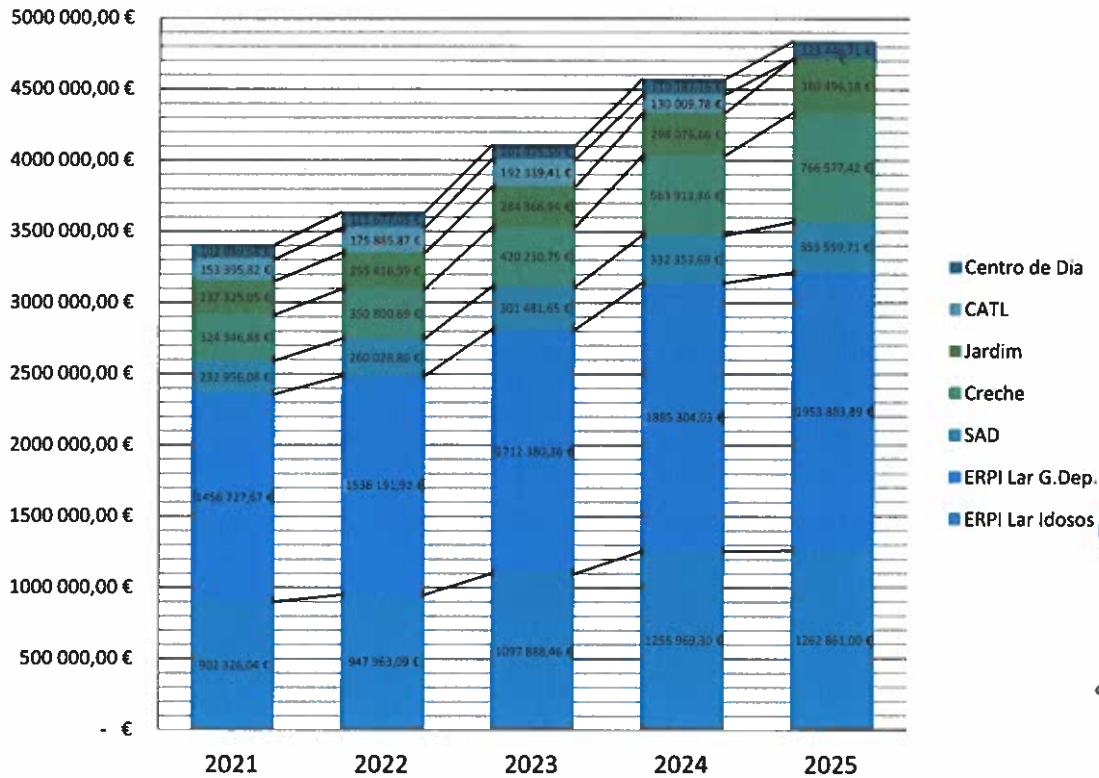
As restantes rúbricas de gastos têm, por seu lado, um peso residual (ao todo 9,62%), sendo que destas, a que tem maior representatividade é a de gastos com depreciações e de amortização, com um peso de 5,56% neste último ano (mais 0,59pp face a 2024).

Evolução do Peso Percentual de Gastos e Perdas



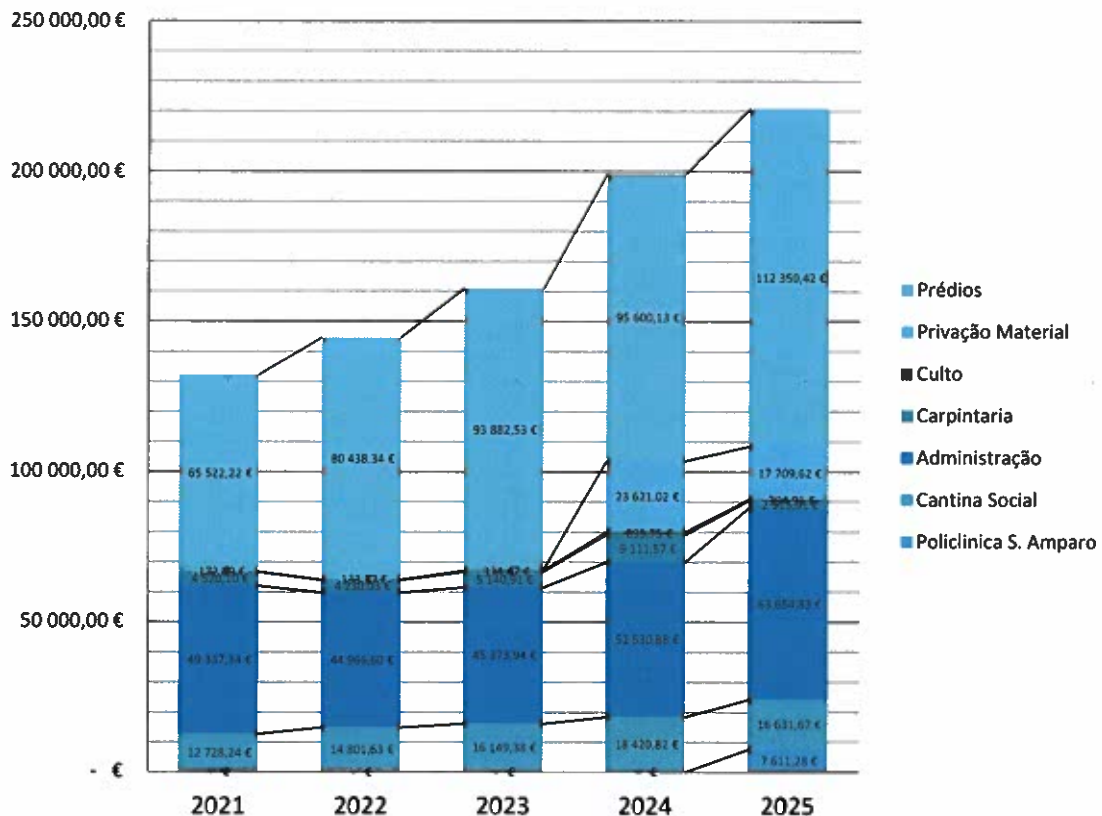
A distribuição dos gastos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 72,97% dos gastos (reduz 2,08pp no peso dos gastos face a 2024, para um montante de 3.693.751,31€) e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 38,60% do total. Por seu lado, as respostas sociais da área de infância representam 22,66% (mais 1,89 pp, para um valor final de 1.147.073,60€). As outras áreas de atuação representam, deste modo, um peso residual de 4,37%, com especial destaque para os prédios (2,22%).

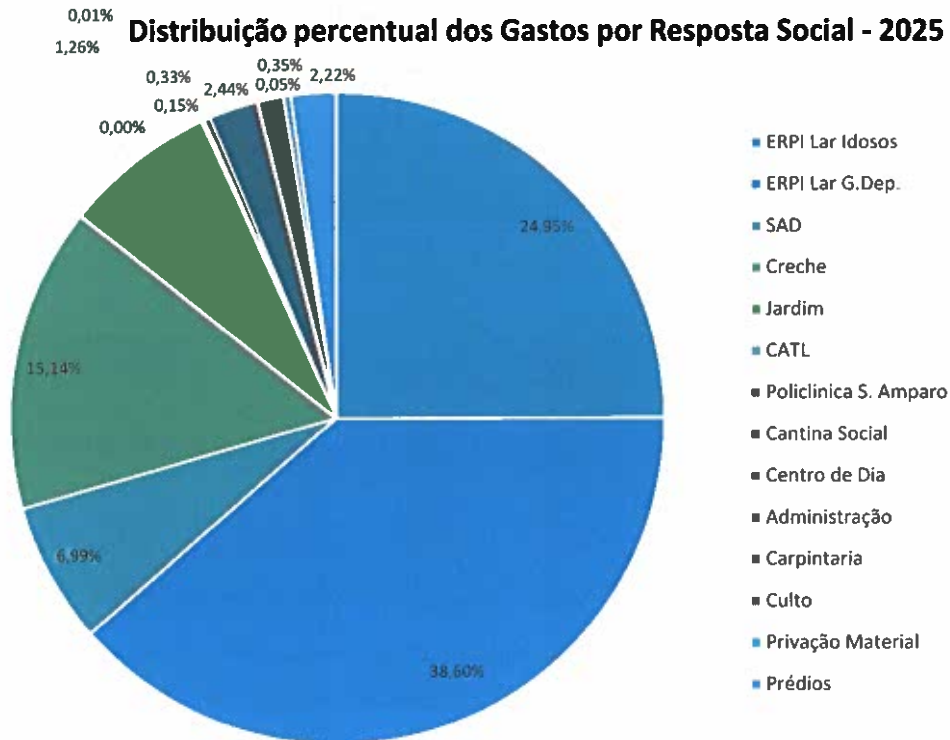
Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Evolução do Total de Gastos por Valência - outras áreas

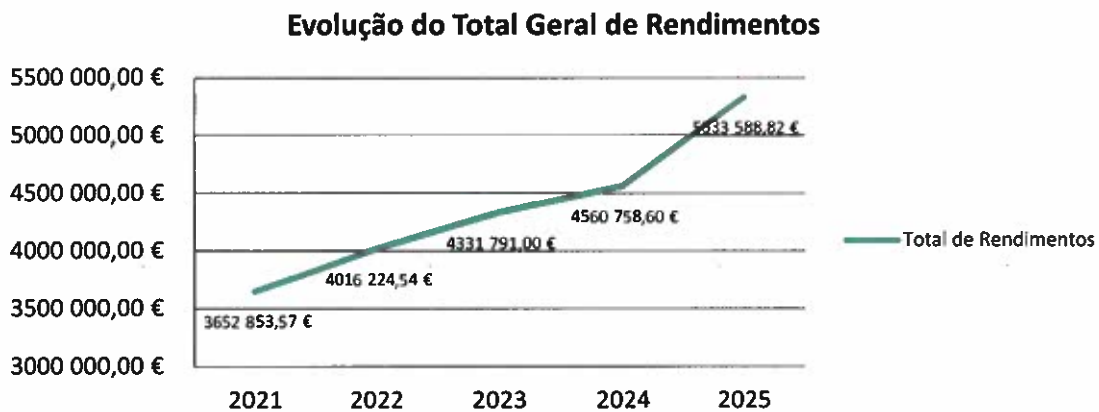




[Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

2. Evolução do total de rendimentos

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os rendimentos, registamos um volume de receitas correntes de cerca de 5,33 milhões de euros em 2025, o que representa um acréscimo de 16,95% face ao ano anterior.



Em termos globais da estrutura de rendimentos, reiteramos, como nota inicial, a alteração de política contabilística na “Contabilização de Rédito”, preconizada pelo parecer da CNC – Comissão de Normalização Contabilística (remetido a 31 de outubro de 2023 para a UMP, conforme circular 93/2023, de 10/11/2023 da UMP), na qual as participações mensais do Estado (Segurança Social) passam a ter contabilização distinta, conforme a sua dependência da variação de frequências.

As verbas transferidas, conforme o critério, passaram a ter a seguinte contabilização a partir do exercício de 2024 (e com impacto/alteração também ao ano de 2023):

- “Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72);
- Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, estamos perante um subsídio à exploração (Conta 75)”

Do anterior, resulta que a contabilização das verbas recebidas pela Segurança Social passa a efetuar-se na conta 72 – Prestação de Serviços, incluindo as verbas associadas aos acordos de cooperação, vagas reservadas e gratuidade da creche, em vez de na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração.

Por seu lado, o complemento por funcionamento da creche em horário alargado continua a ser contabilizado na conta 75, dado que este é independente da variação de frequências de utentes e destina-se a suportar os custos de funcionamento.

Desta alteração da política de rédito, refira-se, também, a atualização da Faq 39 da CNC a 06/09/2024, clarificando que, apesar deste novo enquadramento, os acordos de cooperação deverão ser tidos em conta na mesma para efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 2.º do CCP – Código dos Contratos Públicos. Esta atualização teve o seguinte impacto:

- O montante dos acordos de cooperação volta a constituir uma variável para efeito de avaliação desta Misericórdia enquanto entidade adjudicante, de acordo com o ponto ii da alínea a) do n.º2 do artigo 2.º do CCP – Código dos Contratos Públicos.
- A MSPS volta a ser financiada maioritariamente pelo Estado ou entidades adjudicantes referidas no n.º 1 do artigo 2.º do CCP, dado que o total da rubrica 75 (com a exclusão das doações e heranças), acrescido do valor dos acordos de cooperação passa a representar 59,80% em 2025.

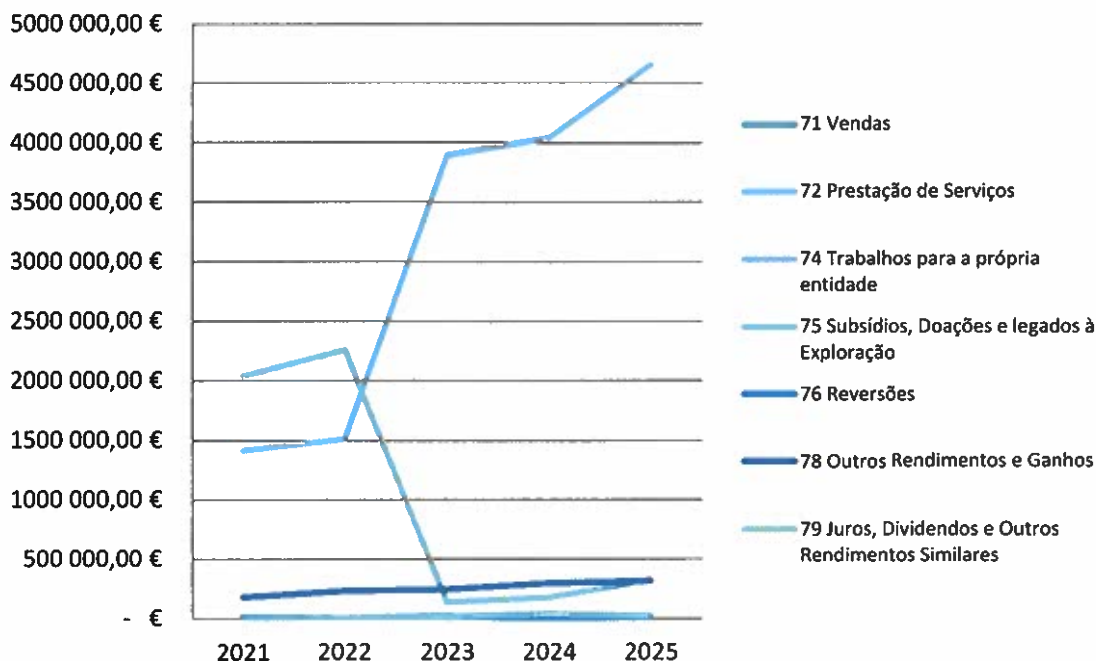
Discriminando a estrutura dos rendimentos, verificamos uma preponderância da prestação de serviços (comparticipações diretas dos utentes/familiares e acordos de cooperação com o ISS), com uma quota de 87,28% do total de rendimentos no ano, o que representa um decréscimo de 1,21pp face a 2024. Não obstante, estes rendimentos registam um crescimento de 15,35% face ao ano anterior, essencialmente via atualização das comparticipações (acordos e utentes).

Segue-se a rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração”, com um acréscimo de 84,03%, impulsionado pelo novo complemento de baixa densidade associado ao



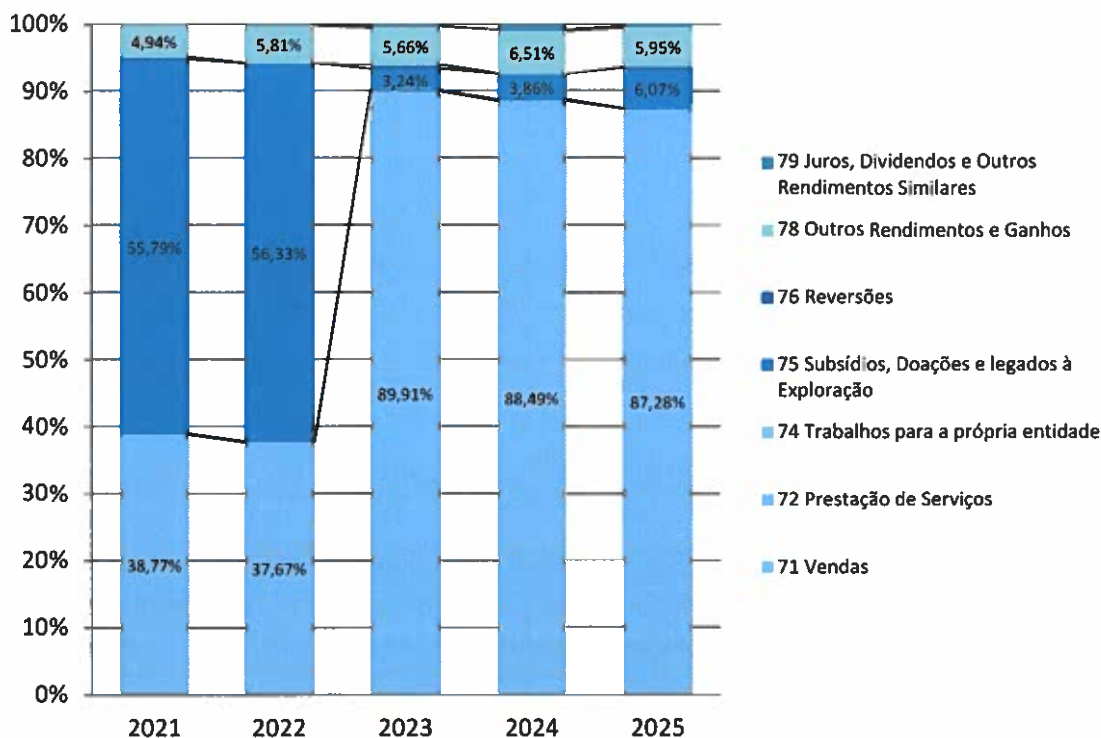
acordo de cooperação do SAD e pelas doações (destaque para o Montepio – Frota Solidária e para a Unilabs) garantindo-lhe um peso de 6,07% do total de rendimentos.

Evolução dos totais de Rendimentos por tipo



Obs.: 2023 – alteração de política contabilística na “Contabilização de Rédito”.

Evolução do Peso Percentual de Rendimentos



Obs.: 2023 – alteração de política contabilística na “Contabilização de Rédito”.

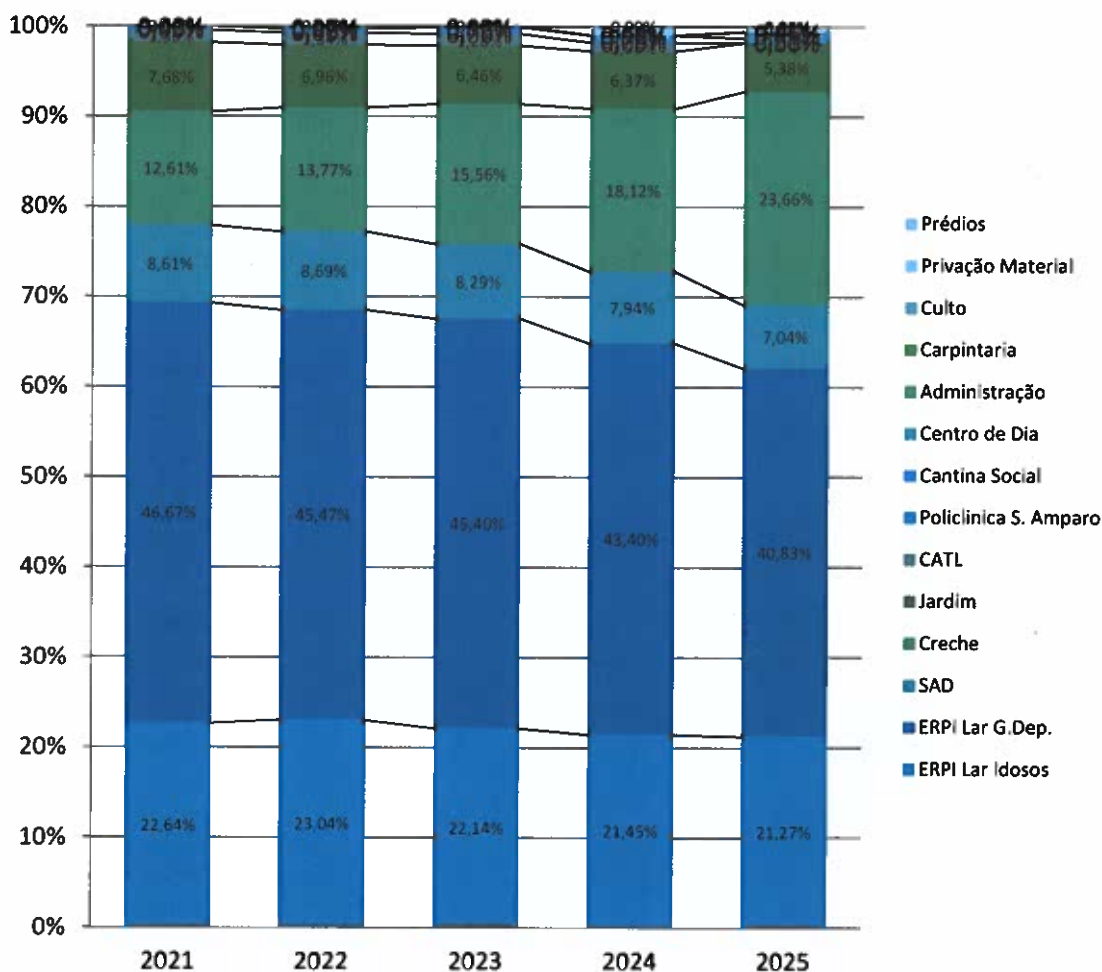
[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page.]

Por seu lado, a rúbrica de “outros rendimentos e ganhos”, regista também um acréscimo de 6,86% face a 2024, contudo perde peso percentual face ao total de rendimentos, passando a representar 5,95% do total de rendimentos.

Em termos da rúbrica de “juros, dividendos e outros rendimentos similares”, confirma-se o registo expectável de decréscimo do rendimento (-44,97%), diretamente associado à descida das taxas de juro. Esta descida representa, em termos absolutos, menos 19.173,13€ por comparação a 2024 (valor atual cifra-se em 23.462,23€, o segundo mais alto deste período de 5 anos, mantendo-se o nível de investimento).

Nota genérica, ainda, para a evolução, da componente exclusiva aos subsídios do ISS e participações ao abrigo dos acordos de cooperação (tratados, consoante o caso, na rubrica 75 ou 72). Evolução na qual se vai mantendo o peso percentual das várias valências, com exceção da creche que tem subido ligeiramente face a medida de gratuidade implementada pelo Governo e alargamento da capacidade.

Evolução do Peso Percentual das Comparticipações do ISS (acordos e subsídios)



[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin of the page.]

Tem-se registado um crescimento contínuo no período 2021-2025, proveniente da revisão do acordo de cooperação de SAD (reestruturação das percentagens e inclusão de 10 utentes em 2021, 5 utentes em 2025 e respetivo complemento de território de baixa densidade em 2025) e Centro de Dia (26 utentes em 2025); a que se juntou a implementação da medida de gratuidade de forma alargada na creche em 2022 e o alargamento da capacidade/acordo em 2024; e, com a atualização anual dos acordos de cooperação.

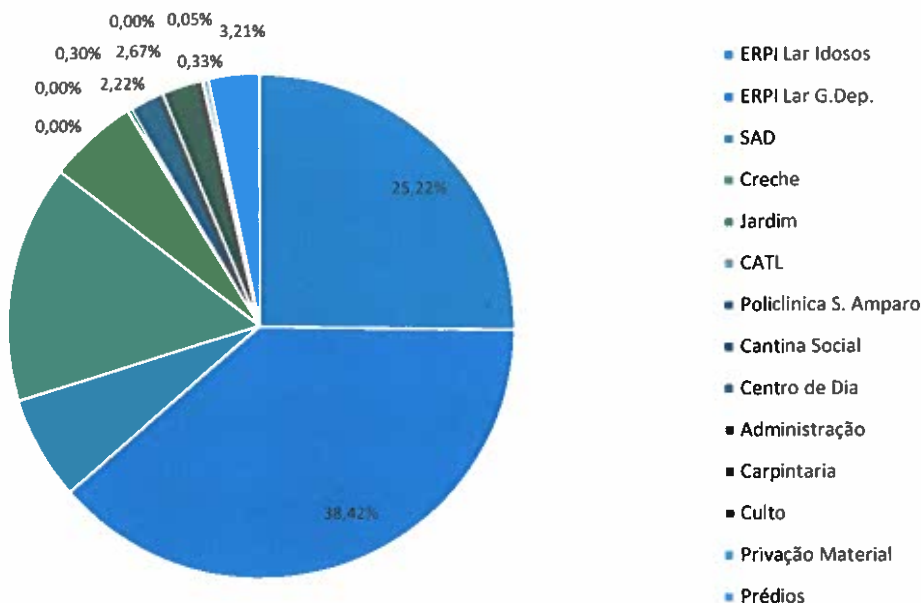
Os fatores anteriores, conjugados, representam um acréscimo de 24,77% destes proveitos de 2024 para 2025.

Em termos de peso destas componentes específicas (reforça-se, conjugadas entre o registo nas rúbricas 72 – Prestação de serviços e 75 - Subsídios), por relação ao total de rendimentos, registamos uma subida para os 58,64% (+3,68pp que em 2024).

A distribuição dos rendimentos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 72,46% dos rendimentos (-2,33pp que em 2024) e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 38,42% do total.

Na área de infância, registamos, por via da medida de gratuidade e alargamento da capacidade e frequência, uma tendência de crescimento do peso percentual dos rendimentos da resposta social de creche.

Distribuição percentual dos Rendimentos por Resposta Social - 2025



Pela positiva, e face ao descrito já anteriormente, destaca-se um crescimento generalizado dos rendimentos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se: o

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

crescimento de 38,43% dos rendimentos na Casa das Amoreiras – Centro de Dia e 12,99% na ERPI Casa da Quinta (Lar de Idosos), dentro da área sénior; e o crescimento de 59,51% dos rendimentos na creche e 23,96% no Pré-escolar, dentro da área de infância; e, na comunidade, o decréscimo de 26,11% dos rendimentos associado ao programa Privação Material (programa de apoio alimentar), por atrasos nos respetivos pagamentos do programa.

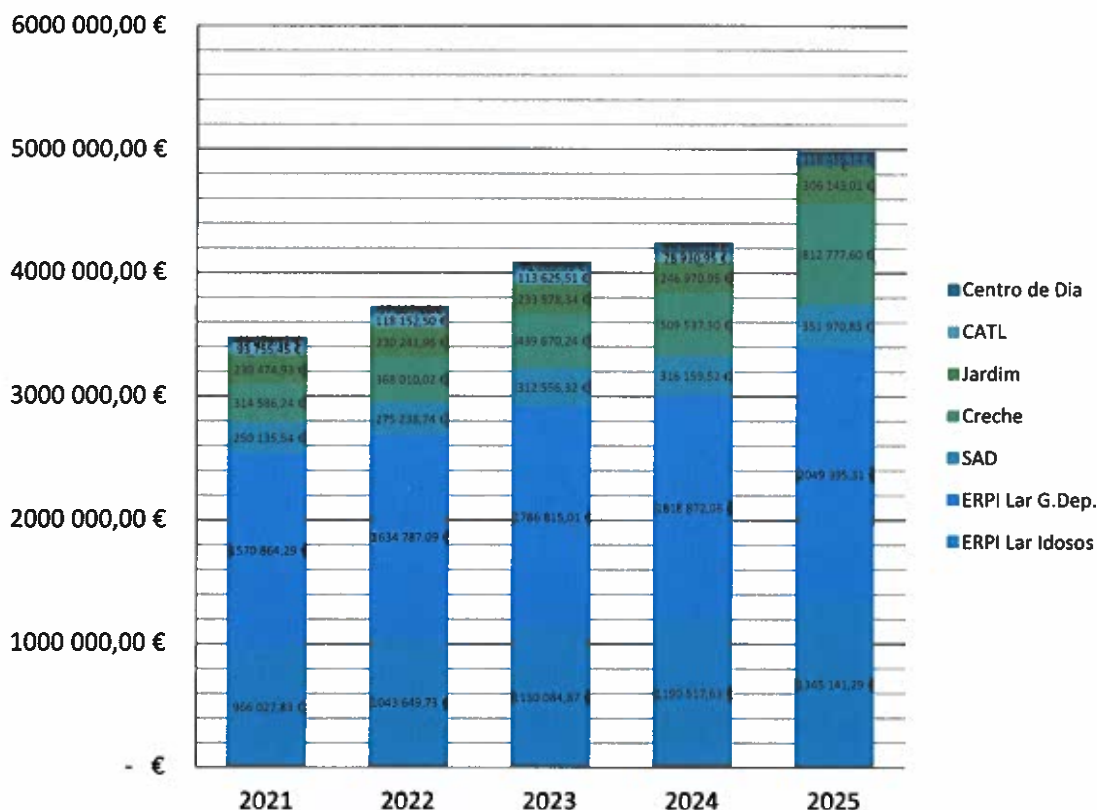
Ressalva-se, no tocante ao Centro de Dia “Casa das Amoreiras”, a total recuperação de utentes face ao período de encerramento a que se viu obrigado durante a fase pandêmica da Covid-19, estando, em termos médios, já no limite da sua capacidade máxima, a que se junta a sua integração em acordo de cooperação no ano.

Refira-se, ainda, o acréscimo de 33,62% de rendimentos na Administração, essencialmente influenciado pela manutenção em alta dos juros (mas já em queda) e pela prestação de serviços secundários à UMP e Segurança Social; e o acréscimo de 10,19% nos Prédios, decorrente quer da atualização, quer de novos contratos de arrendamento estabelecidos.

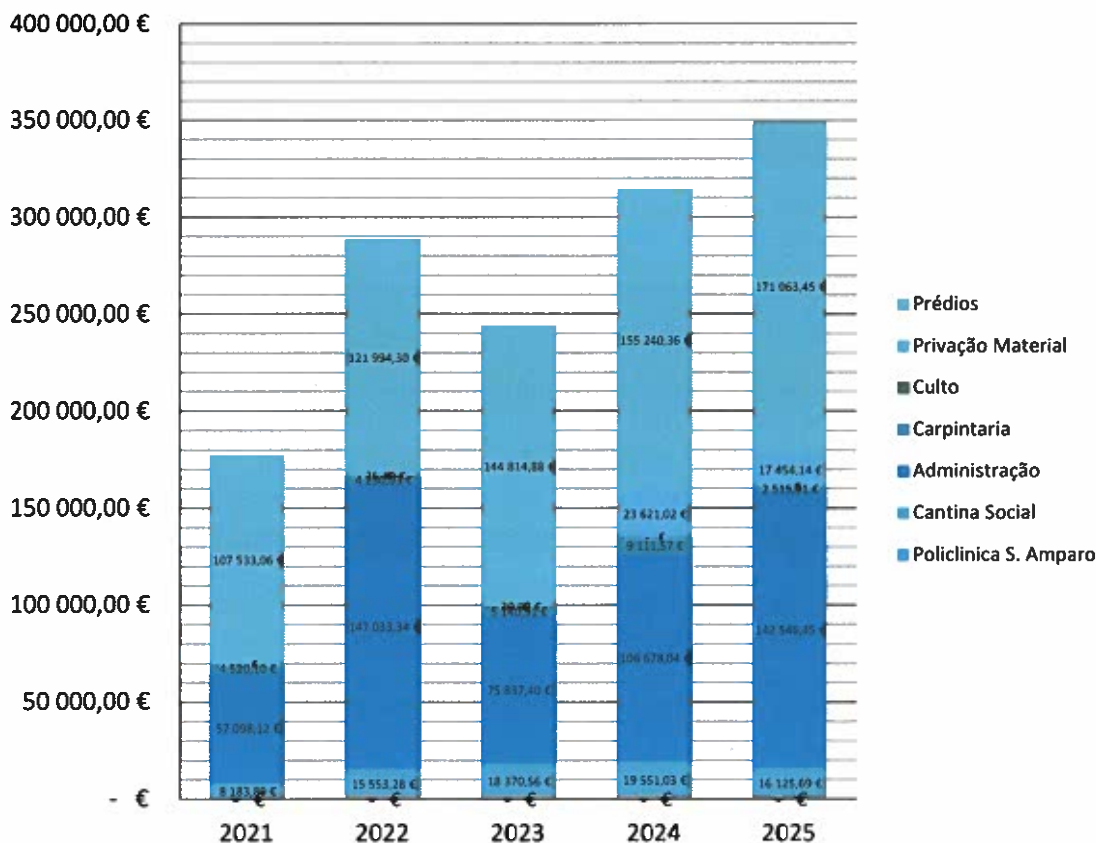
Por fim, ressalva-se o início do registo contabilística da Policlínica Nossa Senhora do Amparo, para a qual, no ano em apreço, apenas foram registados gastos, dado que a mesma só entrou em funcionamento já em 2026.

[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin of the page.]

Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Outras áreas



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

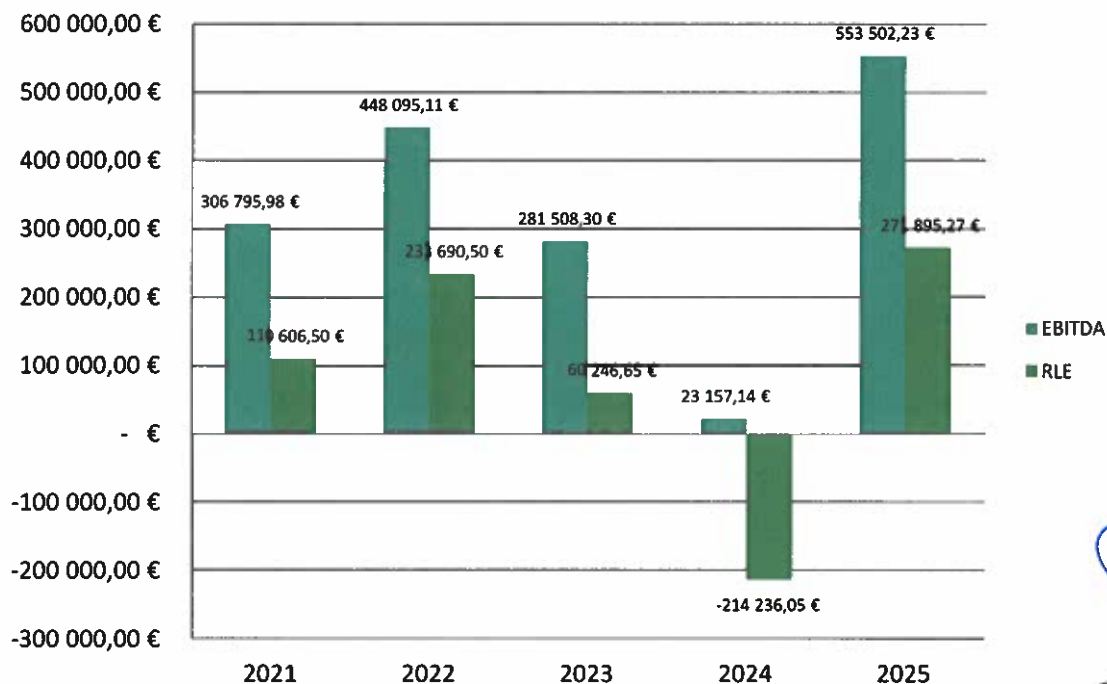
3. Evolução dos resultados (operacional e financeiro)

Ponderando a evolução global dos gastos e rendimentos, registamos uma base histórica no período 2021-2025 com resultados líquidos do exercício positivos, com exceção do ano de 2024, no qual se registou um resultado deficitário de 214.236,05€. Resultado que se inverteu e compensou totalmente em 2025, com o registo de um resultado líquido de 271.895,27€ (o melhor registo deste período de 5 anos). Para esta recuperação contribuiu, como referido acima, os novos acordos de cooperação, atualizações das comparticipações dos utentes, novo complemento de território de baixa densidade de SAD e doações extraordinárias (caso da Fundação BPI).

Por seu lado, na sua base histórica para o período 2021-2025, o resultado operacional (EBITDA - Resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações), tem mantido valores sempre positivos.

Anulando-se, assim neste último ano, o efeito das depreciações e amortizações, que subiram 18,62% em 2025 (face a conclusão de investimentos), o resultado operacional passa para valores na ordem dos 553,5 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 5,56%, no total de gastos e, conseqüentemente, o seu contributo para o resultado líquido anual.

Evolução dos Resultados Operacional e Financeiro



Neste período de 5 anos temos procedido a uma redução sustentada das alienações e recuperação de imóveis para colocação no mercado de arrendamento, com rendas atualizadas, mas acessíveis face às praticadas no mercado local, pelo que estamos com um resultado líquido dos prédios em crescendo desde 2021 (acréscimo de 39,76%), apesar da ligeira queda face a 2024 (-1,55%).

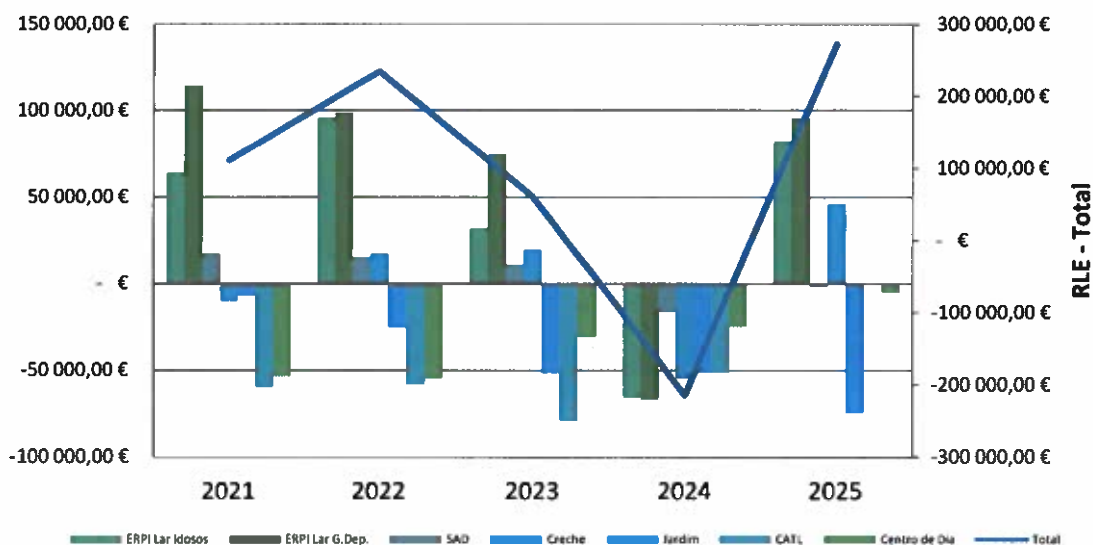
A referir, também, o contínuo acréscimo de gastos com recursos humanos (que subiram, respetivamente, 56,21% e 6,18% nos mesmos períodos), detendo os mesmos, em 2025, um peso de 64,86% no total dos rendimentos (mais 4,24pp quando comparado com o ano de 2021 e menos 6,58pp que em 2024).

Destacamos, ainda, a anulação de condicionalismos que estavam a contrariar o desempenho de recuperação das várias valências: estabelecimento de acordo de cooperação para o Centro de Dia, revisão do acordo de SAD e respetivo complemento por território de baixa densidade, a par de fator de sustentabilidade na atualização dos acordos (em conta com a atualização da RMMG e inflação).

A destacar, apesar destas melhorias gerais, que o Pré-escolar voltou a verificar uma degradação do resultado, sendo o pior dos últimos 5 anos (agravou o resultado negativo em 45,49% face a 2024). Esta resposta social continua, ainda, sem perspetiva do alargamento da medida de gratuidade anteriormente prevista, bem como não se regista a adequada atualização financeira da componente do Ministério da Educação.

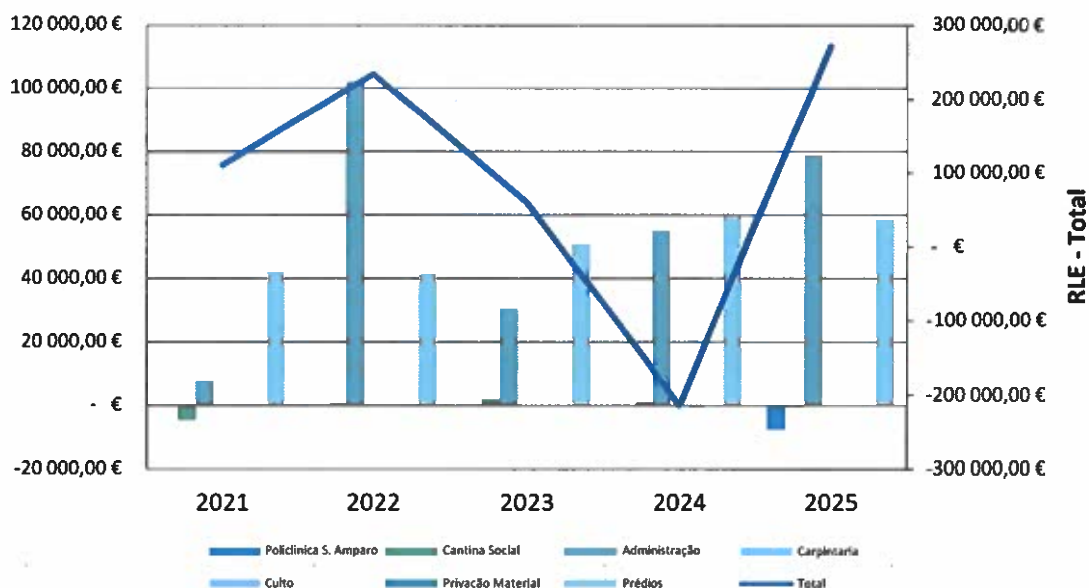
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas



[Handwritten signature]

Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Outras Áreas



[Handwritten signature]

De forma global, e considerando a recuperação face a 2024, pelos factos já expostos, apenas o SAD e o Centro de Dia na área sénior mantêm o resultado líquido negativo, mas perto do ponto de inversão e, na área de infância, apenas o Pré-escolar apresenta resultado negativo neste último ano.

Em 2025 aponta-se, também, o crescimento de 43,06% dos resultados da Administração, impactado pela manutenção de juros em valores elevados (apesar de em queda) e prestação de serviços complementares, como referido.

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de infância no concelho/região a nível da Creche e Pré-escolar a funcionar em horário alargado.

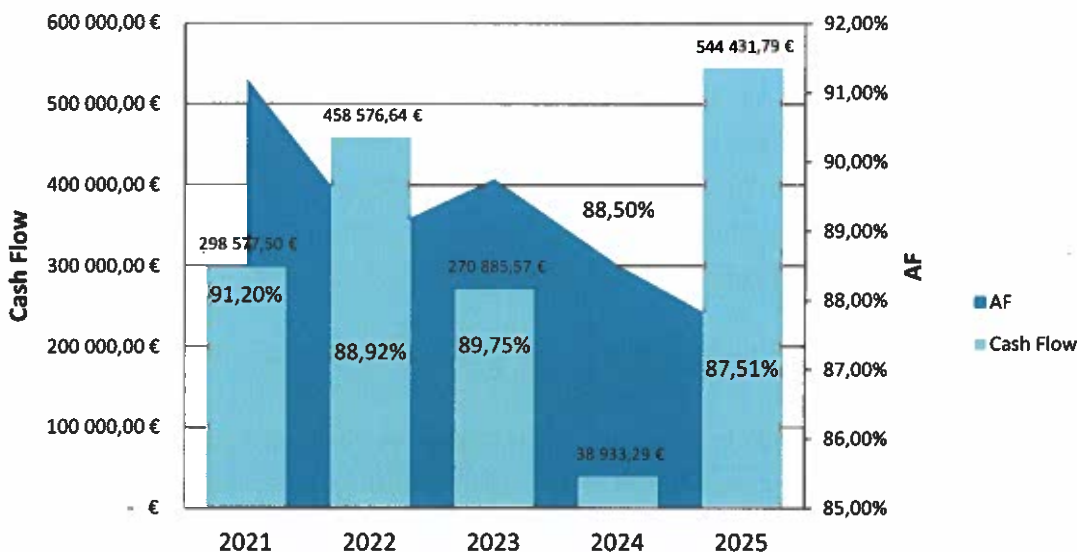
Ainda na área de infância, reiteramos a importância de recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, conseqüentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das participações familiares, a participações baixas, atualmente apenas no Pré-escolar. Esta realidade, conjugada com o peso da estrutura de gastos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo de cooperação da creche e da respetiva medida de gratuidade, mas ainda patente no Pré-escolar), são indicadores claros de que é uma área de atuação estruturalmente deficitária.

A estes indicadores acrescem os condicionalismos da não verificação, até à data, do alargamento da medida de gratuidade para o Pré-escolar (objetivo estratégico das medidas de concertação do Compromisso de Cooperação) e que esteve previsto para o início do ano letivo 2024/25. Considerando a instabilidade governativa, a informação atual vai no sentido de que dificilmente será efetivado.

Decorrente do anterior e considerando os dados da DMR – Demonstração de Resultados, registamos em 2025 uma subida do excedente financeiro líquido da atividade (*cash flow*) para 544.431,79€ (mais 1.298,37% que o registado em 2024).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

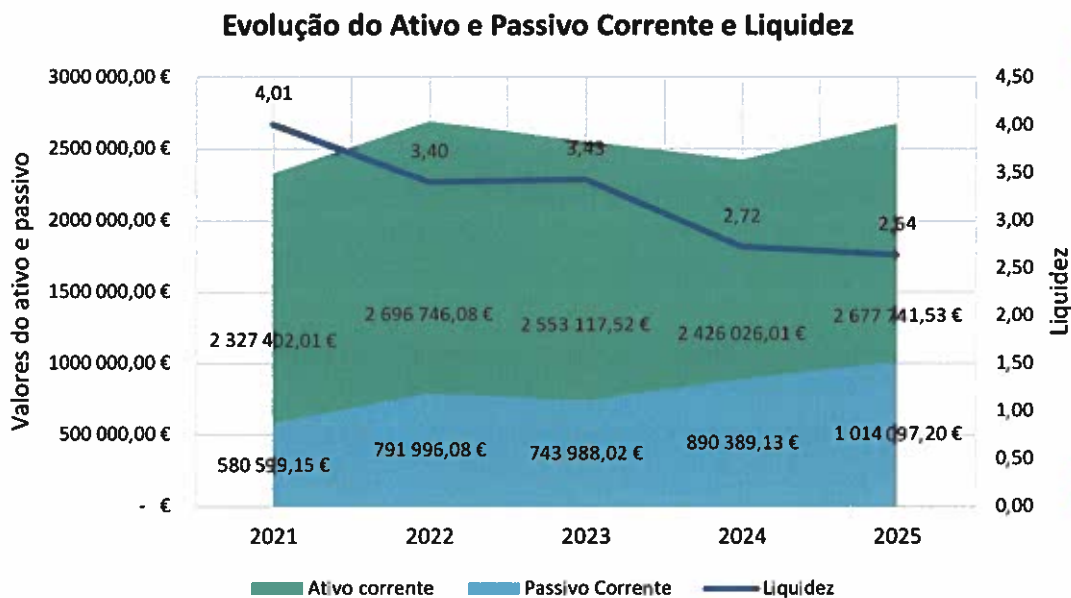
Evolução do Cash Flow e Autonomia Financeira



Obs.: As variações de provisões/imparidades também estão consideradas no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões + variação imparidades).

Por seu lado, considerando os dados do Balanço, registamos uma autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, ie, pelos fundos patrimoniais) com ligeiro decréscimo (-0,99pp), mantendo-se em valores estáveis e favoráveis (87,51%). Refira-se o registo de aumento dos fundos patrimoniais (3,75%), para um montante de 7.105.976,75€ e o acréscimo do total do ativo (4,92%) para 8.120.073,95€.

Breve indicação, também, para a capacidade da Misericórdia em honrar as obrigações de curto e longo prazo com os recursos disponíveis, traduzida numa liquidez geral de 2,64 em 2025, resultante de um ativo corrente de 2.677.741,53€ (+10,38% face a 2024) e de um passivo corrente de 1.014.097,20€ (acréscimo de 13,89% face a 2024).



De referir o impacto dos investimentos realizados em 2025 (a que se junta os que decorrem desde 2024, destacando-se, pelo seu peso material, os do edifício da área de infância, do R/c da Casa das Termas, do R/c do bloco da Belavista e os da Clínica de Fisioterapia, ainda sem a respetiva contrapartida. Não obstante, conseguiu-se uma recuperação das disponibilidades de caixa e depósitos bancários em 14,70% (231.820,54€), com o conseqüente impacto no ativo.

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido de algumas respostas sociais e à contínua necessidade de medidas de recuperação e estabilização, a par do impacto na economia nacional que as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza continuam a ter (instabilidade e inflação acumulada que nos últimos três anos se tem vindo a refletir nos preços correntes de bens, matérias-primas e serviços), revelam uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que não se descurou os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas

pedagógicas e de animação. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e de confiança depositada por todos os nossos utentes e respetivos familiares.

No tocante a investimentos, salvaguarda-se os realizados ao abrigo das candidaturas ao PRR e Fundo Ambiental, concretizados/finalizados em 2024 e para os quais não se verificou no ano de 2025 o respetivo pagamento dos saldos finais submetidos. A análise da execução física e respetivo pedido de saldo final apresentado para ambos os projetos, decorreu com muito atraso, sendo que a decisão sobre o mesmo apenas se verificou já no decorrer do ano de 2026, aguardando-se ainda à data o respetivo pagamento associado.

As premissas anteriores obrigam-nos, no entanto, a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos resultados; e a tomar decisões ponderadas, mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

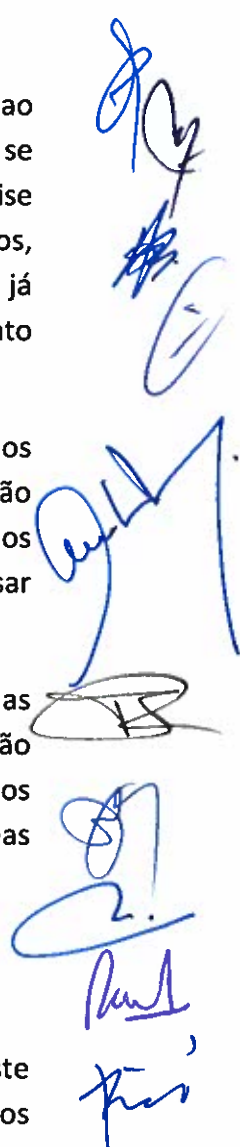
Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, continuar a manter as medidas de controlo/redução dos gastos em vigor e a reforçar as medidas de obtenção de rendimentos em novos serviços, tentando mobilizar de forma mais alargada os irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.

4. Grandes Números da Atividade da MSPS

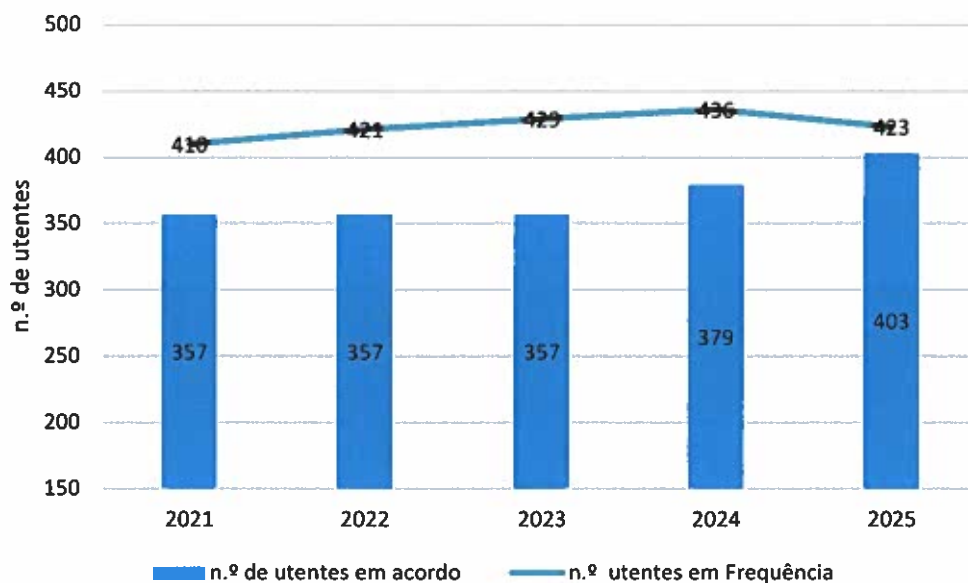
Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 700 beneficiários e, desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos), tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe, o seu estatuto, o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Utentes e Beneficiários

Numa relação direta com o total de utentes em respostas sociais tipificadas, verificamos uma subida do número de utentes em acordo de cooperação de 2023 para 2024 por via da generalização da medida de gratuitidade da creche, passando estes de um padrão de 357 para 379 utentes. Em 2025, por seu lado, registamos a revisão do acordo de cooperação do SAD em mais 5 utentes e novo acordo de Centro de Dia (26 utentes), o que nos eleva o enquadramento para 403 utentes dentro de acordo de cooperação.



Evolução dos acordos de cooperação e frequência



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, contudo em crescendo desde 2021 (com ligeira descida de 2024 para 2025 com o encerramento do CATL), apresentando-se um valor de 423 utentes em frequência média anual em 2025, apenas nas respostas sociais tipificadas.

Refira-se que os valores de 2024 refletem parcialmente o impacto do encerramento do CATL e a tendência de subida da frequência da Creche, motivada quer pela medida de gratuitidade (acordo é igual à frequência), quer pelo alargamento da capacidade instalada.

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2025, na área sénior:

Utentes por resposta social – valores médios da área sénior em 2025				
Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	47	75	78
Frequência	59	27	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	45	26	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	14	1	0	0

Anota-se a recuperação gradual do Centro de Dia, com um número médio em frequência que passou de 15 em 2021 para 27 utentes em 2025 (acréscimo de 80%), estando com uma frequência equiparada à pré-pandémica.

Registe-se, também, com o processo de novo acordo de cooperação para o Centro de Dia (via transferência do CATL e revisão PROCOOP), a revisão em 2025 da capacidade instalada do mesmo, passando de 30 para 47 utentes.

Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Utentes por resposta social – valores médios da área de infância em 2025			
Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	134	100	0
Frequência	118	66	0
Utentes em Acordo de Cooperação	118	61	0
Observações	2 Berçários; 3 Salas de 1 ano; 4 Salas de 2 anos.	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	Encerrado a 15 de setembro/2024
Utentes fora do acordo de cooperação	0 (Medida de gratuidade, pelo que o acordo é igual à frequência registada)	5	0

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Paul' and 'Pina']

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos menos 2,98% de utentes que em 2024 (essencialmente devido ao encerramento do CATL), num total de 423 utentes (239 na área sénior e 184 na área de infância), dos quais 20 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 10 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Destaque-se, também, o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdias Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos (com redução da respetiva atualização dos acordos).

Por fim, nota adicional para a conclusão em 2025 do processo de transição das verbas que estavam afetas ao acordo de cooperação detido com o CATL (encerrado em 2024), para o Centro de Dia, tendo-se estabelecido novo acordo com esta resposta social para 14 utentes, bem como conseguido a sua revisão, por via de candidatura ao PROCOOP, para 26 utentes.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas e de serviços à comunidade, registamos a seguinte informação média mensal em 2025:

Utentes por resposta social – valores médios das respostas sociais não tipificadas e serviços à comunidade em 2025					
Indicador	Cantina Social	PM - Privação Material	Horta Comunitária	BAT	Apoio Refugiados
Compromisso	10 refeições diárias	145 beneficiários	-----	-----	-----
Beneficiários	8 agregados familiares (8 pessoas)	173	40	43	3
Observações	Servidas em média 10 refeições diárias	62 agregados familiares	Apoio técnico do projeto "Terras S. Pedro"		Compromisso pontual com ISS e UMP, mediante requisição, para apoio alimentar

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'Pini' at the bottom.]

À exceção do programa PM – Privação Material e da Cantina Social (acordo prorrogado até final do 2.º semestre de 2026 e aplicável apenas aos casos que não detenham condições de integração/apoio via PM), em que há apoio financeiro à sua execução, se bem que parco, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas têm sido disponibilizados com suporte financeiro próprio da Instituição.

Em termos de evolução de apoio, a nível da Cantina Social, este tem sofrido oscilações ligeiras ao longo dos últimos anos, contudo de 2024 para 2025 manteve o padrão de protocolo. Em contrapartida, o apoio alimentar via PM registou um incremento de 87,84% em 2024, muito influenciado pela transição de programa de apoio (do PO APMC para o PM – Privação Material, diferentes quadros comunitários) e respetiva assunção de coordenação no território de Lafões por esta Misericórdia. Apoio e evolução que pormenorizaremos no capítulo "Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza".

A Horta comunitária mantém o nível de utilizadores que registou no ano anterior (ligeiro decréscimo) e o apoio técnico de um engenheiro agrícola do projeto "Terras S. Pedro" da Câmara Municipal. Mantém a filosofia e dinâmica organizativa, sendo que a instituição além de ceder os talhões de terra e água para o cultivo, vai garantindo a limpeza regular do espaço, bem como apoio pontual aos utilizadores.

A nível do BAT, no final de 2025, tínhamos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 29 camas articuladas com grades, 9 cadeiras de rodas, 3 andarilhos, 1 cadeira de banho e 1 suporte/apoio de mãos para cama.

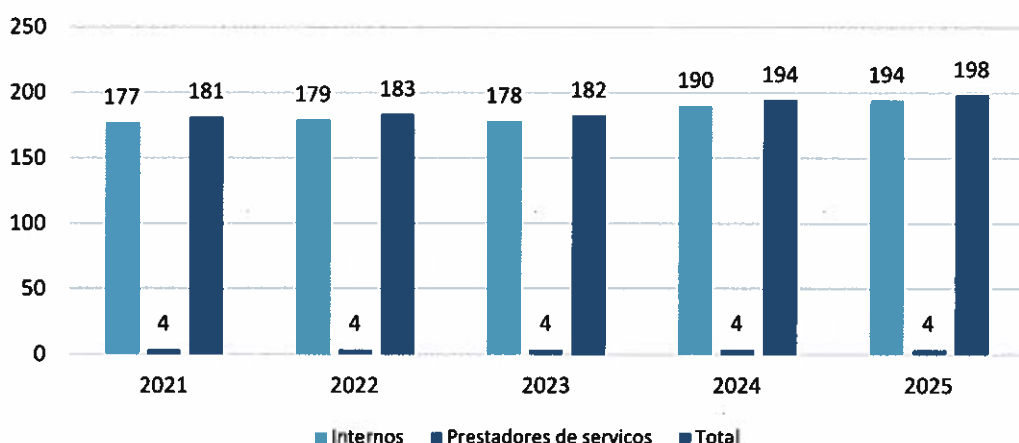
Por seu lado, no apoio a refugiados, apenas se dispõe de apoio público na ajuda alimentar, mediante requisição do Centro Distrital de Viseu da Segurança Social ou da UMP – União das Misericórdias Portuguesas (ao abrigo de protocolo com a AIMA – Agência para a Integração Migrações e Asilo), enquanto medida extraordinária ao abrigo da Proteção Internacional. A instituição colabora, ainda neste campo e a título particular, com apoio a nível de contratação, medidas que pormenorizaremos no capítulo “Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza”.

Colaboradores

Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma estabilização ao longo destes cinco anos (com ligeira subida de 2022 para 2023 e de 2024 para 2025), em números absolutos, numa média de 188 colaboradores, sendo que, nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (2), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.

Evolução do n.º de colaboradores



Em 2025 registamos um número médio mensal de 198 colaboradores (Internos e externos) ou, considerando apenas os internos, de 194 colaboradores (97,98%), 188 com contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS e apenas 6

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Paul' and 'Rin']

com contrato a termo. Os restantes 2,02% (4) correspondem aos prestadores de serviços.

Registamos, deste modo, um ligeiro acréscimo do número total de colaboradores (2,06%), salvaguardando o necessário recrutamento para formação inicial de equipas de trabalho (necessária para as substituições por reforma), bem como reforço de equipas da Creche, considerando a abertura de novas salas e para as quais se conseguiu converter a generalidade dos colaboradores do CATL; do Centro de Dia, face o acordo e serviços prestados; e reforço da equipa de Manutenção.

Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio gastos de pessoal/colaborador para o montante de 17.831,53€ por colaborador em 2025, mais 3,99% face ao ano anterior.



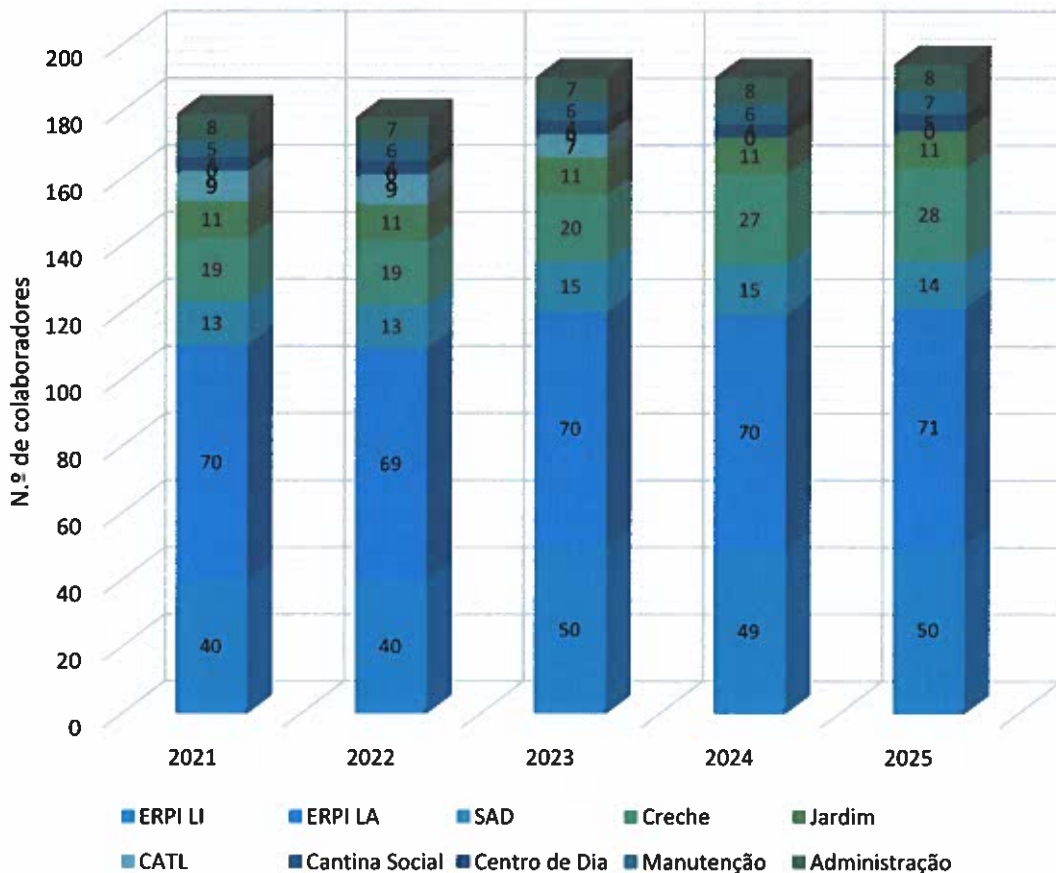
Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado estável, prevalecendo o peso das ERPI's e uma manutenção no cômputo das restantes respostas.

Na manutenção estão incluídos os colaboradores das obras e manutenção, cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração inclui-se pessoal de secretaria, economato, recursos humanos e direção.

Do anterior, prevalece o respeito pelos rácios de colaboradores/funções indicativos para cada resposta social, nos termos normativos legais, tal como confirmado nas ações de acompanhamento da Segurança Social, detendo-se, inclusivamente colaboradores e categorias para além das normalmente exigidas, o que nos confere uma segurança e qualidade de serviço superior.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

Evolução dos Colaboradores Internos por Resposta Social



[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right side of the page.]

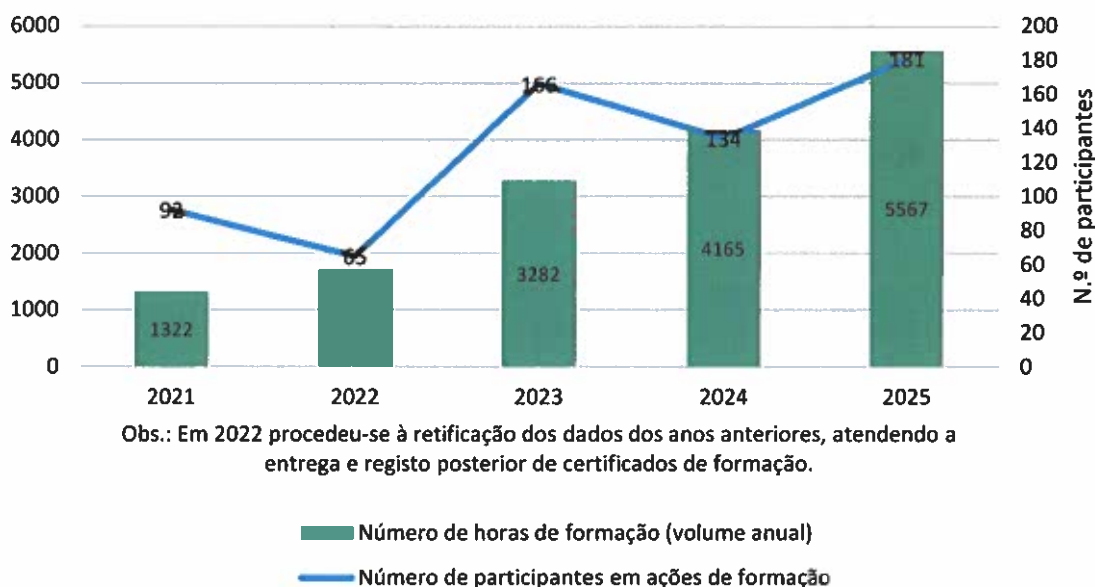
Tal como referido acima, apesar do encerramento do CATL, mantivemos a estrutura de recursos humanos, com ligeira subida do número de colaboradores neste último ano, considerando o reforço da equipa de Centro de Dia e Manutenção, setores que viram o seu peso reforçado em 1% (1 colaborador em cada).

Nota final para a qualificação do pessoal, na qual se tem continuamente apostado, pelo que, neste último ano, terminámos com um volume de 5.567 horas de formação (mais 33,66% que em 2024) e 181 colaboradores envolvidos, o que dá uma média de 31 horas de formação por participante.

Em termos de modalidade de formação, esta é essencialmente presencial (em contexto de sala e/ou posto de trabalho), sendo que o recurso a formação à distância já é residual e essencialmente disponibilizado em formações técnicas para os quadros superiores.

Face ao ano anterior, registamos, assim, um acréscimo no número de colaboradores participantes em ações de formação (+35,07% participantes), não obstante um ligeiro decréscimo (-1,05%) no número médio de horas de formação por participante. Registamos mais participantes, mais ações, mas de menor duração.

Evolução do número de horas de formação anual



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Paulo', 'Ana', and 'Pina']

Como referido em relatório anterior, ressalva-se que, atendendo a consolidação dos dados de formação, verificou-se que alguns dos dados anteriores a 2022 estavam sub-representados, em virtude da entrega pelos colaboradores e registo posterior aos relatórios de gestão, de alguns certificados de formação.

Nota adicional para as dificuldades de recrutamento de pessoal auxiliar na área sénior que se estão a sentir de há uns anos a esta parte, bem como para a manutenção em alta da procura de trabalho por candidatos imigrantes.

Nesta mudança de paradigma na oferta de recursos humanos, a instituição terminou o ano de 2025, com 16 contratos de trabalho estabelecidos com imigrantes (8,25% dos colaboradores internos), em igual proporção entre originais da América do Sul e África, o que representa, não obstante, um decréscimo de 27,27% face a 2024.

Colaboradores imigrantes em 2025			
País/região origem	Total de admissões no ano	Total de Cessações no ano	Colaboradores ativos no final do ano
América Sul	7	16	8
África	5	2	8
Total	12	18	16

Dos 16 colaboradores imigrantes ativos no final do ano, encontram-se todos já nos quadros da instituição.

Não obstante o anterior, ressalva-se uma maior rotatividade em 2025, tendo-se registado mais admissões (+33,33%) e mais cessações (+500%) de contratos com imigrantes, por comparação a 2024, atendendo, essencialmente, à sua mobilidade laboral para outras zonas/atividades.

Para finalizar este pequeno enquadramento dos Recursos Humanos da MSPS, reforçamos que o empenho dos nossos colaboradores, ao longo dos anos de existência desta Misericórdia, foi sempre digno de ser assinalável. Ressalvamos, no entanto, a contínua dedicação dos mesmos, no ano a que reporta o presente relatório, seja com a adaptação aos condicionalismos impostos pelos desafios económicos decorrentes da escalada inflacionista, seja na resiliência para a adaptação aos condicionalismos impostos no decorrer de obras de beneficiação ou adaptação de procedimentos.

Este esforço de trabalho conjunto traduz-se numa força coletiva e mobilizadora para se alcançar com êxito as medidas de mitigação de risco implementadas e a implementar.

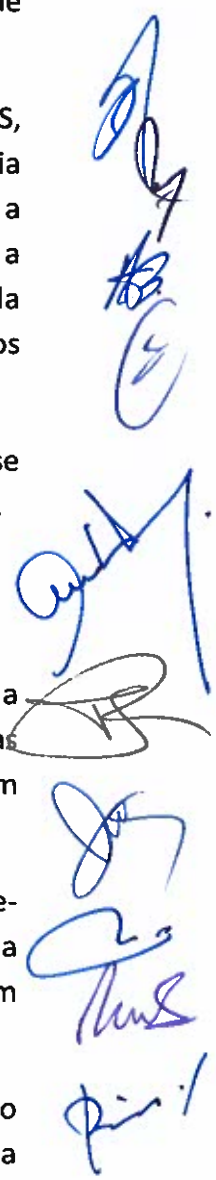
5. Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza

Após um período pandémico, não fosse, assim, o bastante para a humanidade estar a iniciar um processo de recuperação, vimo-nos a braços com os efeitos nefastos de duas guerras, territorialmente bem perto: a guerra na Ucrânia (na Europa) e a guerra em Israel/Faixa de Gaza, que persistem.

O embargo económico à Rússia e as dificuldades nas exportações da Ucrânia (recorde-se que era o maior exportador de cereais), a par da instabilidade social e crise migratória que decorre da mesma, provocou movimentações de refugiados sem precedentes, bem como uma subida generalizada de preços que não víamos há décadas.

Por seu lado, no tocante à subida de preços, registamos em 2025, segundo os dados do BdP – Banco de Portugal, uma atenuação da taxa de inflação média de 2,7% registada em janeiro, para uma de 2,4% em dezembro, confirmando-se uma taxa de inflação do ano (média) de 2,30%.

Este cenário, de atenuação da taxa de inflação e de cautela sobre as possíveis consequências dos conflitos ainda em curso, a par das políticas da nova administração americana, obrigou-nos a cautela na elaboração do orçamento para o ano de 2026, atendendo o impacto que a mesma foi refletindo na aquisição de vários produtos e serviços ao longo de 2025, muitas das vezes de forma diferida no tempo. Mitigou-se com a negociação de alguns contratos, mas, noutros, não foi possível manter os preços (exemplo o de alimentação e energia elétrica), a que se juntou o fim de medidas de contenção pública, como foi o caso de atualizações extraordinárias dos acordos e medidas de apoio à energia.



Acresce ao anterior, a atual guerra no Irão, que virá trazer mais instabilidade económica e um conseqüente espectável agravamento de preços e taxas de juro.

Esta pressão inflacionista (apesar de mais atenuada) obriga-nos, também, a um cuidado adicional nas consultas de mercado e negociação de preços, bem como na ponderação e contínua priorização dos investimentos e racionalização constante de custos, sendo aconselhável escalarmos as medidas de eficiência energética e de mobilidade elétrica que já vimos a implementar.

Assim, da atuação da instituição, há a referir duas áreas em especial: o apoio aos refugiados e o apoio alimentar.

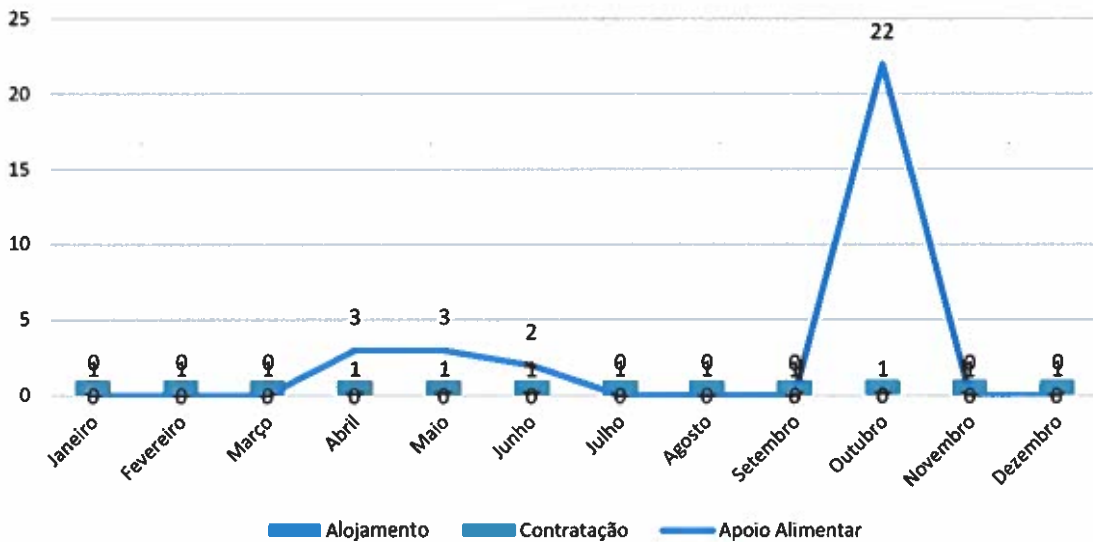
Apoio a Refugiados

Em termos de movimentos de refugiados, atualmente com a estabilização dos movimentos no concelho, registamos apenas apoio pontual a nível da alimentação (almoço e jantar), aquando dos processos de mobilidade e alojamento promovido pela AIMA na Pousada da Juventude de São Pedro do Sul, em estreita colaboração com o Centro Distrital de Viseu da Segurança Social e UMP.

Da implementação das medidas anteriores, registamos uma média de apenas 3 beneficiários em apoio alimentar e 1 refugiados com quem se estabeleceu contrato individual de trabalho. Deste último apoio, estabeleceu-se contrato inicial ao abrigo da medida MARESS do IEFP e, findo a medida, já em janeiro de 2023, foi estabelecido contrato por tempo indeterminado.

Da frequência de apoio mensal, ressalva-se o pico de apoio alimentar em outubro, com um total de 22 beneficiários e uma atuação pontual nos restantes meses do ano.

Apoio a Refugiados em 2025

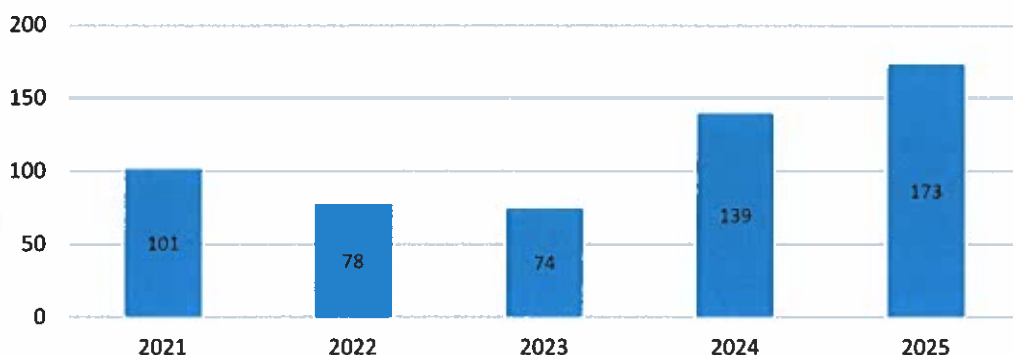


[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

Apoio Alimentar e de gestão do orçamento familiar

Um outro campo que queremos deixar nota, prende-se com o apoio alimentar, no qual se manteve a linha e abrangência das Cantinas Sociais (entrega de refeições confeccionadas) em 8 beneficiários, contudo registou-se um acréscimo de 24,18% na média mensal de beneficiários do programa PM – Privação Material face ao ano de 2024, cifrando-se esta em 173 beneficiários em 2025 (o maior valor dos últimos 5 anos – apenas beneficiários com gestão da Misericórdia), tal como referido anteriormente, muito devido ao facto da transição de programa/quadro, assunção das funções de coordenadora e maior número de encaminhamentos.

Evolução da média anual de beneficiários PO APMC / PM - Privação Material



Obs.: Dados referem-se apenas a beneficiários com gestão direta pela Misericórdia, não estando, por isso, contemplados os beneficiários geridos pelas restantes entidades mediadoras da parceria.

Em termos da evolução mensal e em números absolutos, registamos um forte crescendo de fevereiro para abril, associado ao arranque do programa de distribuição indireta (PM Cartões Sociais) e ao apoio a beneficiários do concelho de Vouzela, na distribuição direta e enquanto não foi aprovada a alteração à constituição da parceria. Alteração a par de um crescendo constante de sinalização de famílias para este mecanismo de apoio alimentar (por situação de desemprego, degradação de rendimentos familiares, etc.).

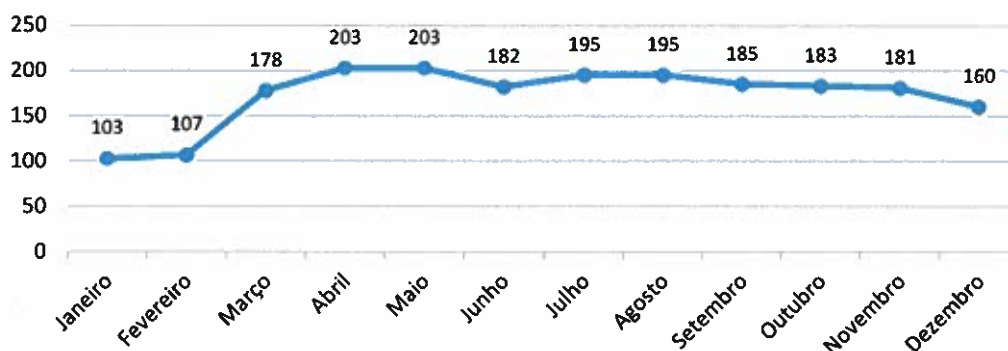
Do anterior, finalizamos o ano de 2025 com 160 beneficiários (corresponde a 63 agregados familiares), acima do protocolado, correspondendo 83 beneficiários à medida PM distribuição direta dos géneros alimentares e 77 à medida PM distribuição indireta – Cartões sociais.

Nota adicional para a reformulação da parceria para o território, tendo sido substituídas as entidades mediadoras no concelho de Vouzela, (saída em fevereiro das mediadoras Centro Social e Paroquial Padre Filinto Elísio Sousa Ramalho de Fataunços e Centro Social e Paroquial de Queirã; e, entrada da Câmara Municipal de Vouzela). A aprovação da constituição da nova parceria só se registou na fase final do ano, pelo que apenas teve efeitos a dezembro de 2025. Neste sentido, entre março e novembro do ano em apreço,

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

a distribuição no concelho de Vouzela foi salvaguardada pela Misericórdia, em articulação com o município.

Evolução mensal de beneficiários Privação Material em 2025



Obs.: Dados referem-se apenas a beneficiários com gestão direta pela Misericórdia, não estando, por isso, contemplados os beneficiários geridos pelas restantes entidades mediadoras da parceria.

Enquanto coordenadora deste programa, adicionalmente assegura o apoio, de forma indireta através das restantes mediadoras que coordena, a cerca de mais 213 beneficiários (em termos médios) nos restantes concelhos de Lafões (92 beneficiários no concelho de Vouzela e 121 no concelho de Oliveira de Frades).

Por fim, refira-se que estas medidas incluem ações de acompanhamento no âmbito de temáticas da gestão doméstica, economia familiar, gestão da despesa familiar, gestão do cartão e correta seleção dos géneros alimentares, promovidas por todas as mediadoras.

Associamos, também nesta componente de intervenção social, a distribuição de garrafas de gás (13Kg), com o apoio da Energia Solidária – 2025” promovida pela Entrajuda e Galp, tendo envolvido no ano 152 beneficiários em cada fase de entrega (março e outubro).

6. Sustentabilidade 2025

Enquadrando no presente relatório de gestão a publicação do relatório de sustentabilidade, continuamos com a divulgação das respetivas iniciativas adotadas no último ano.

Procuramos, deste modo, dar conta das principais iniciativas desenvolvidas, participadas ou apoiadas pela MSPS em matéria da sustentabilidade e responsabilidade social.

Não obstante o facto de algumas iniciativas já decorrerem de há uns anos a esta parte, este desafio de implementação e divulgação da responsabilidade social é cada vez mais premente face às fortes contingências e adaptações decorrentes dos desafios sociais com que nos deparamos.

(Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin)



Apoio e Relação com a Comunidade Local

Em 2025 mantivemos o nosso compromisso de apoio ao bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais, promovendo o seu desenvolvimento e uma maior equidade social.

- Disponibilização de instalações e energia elétrica à Associação Desportiva Academia Andebol – São Pedro do Sul, para o acantonamento de equipas visitantes participantes no XIII Termas Andebol Cup.
- Oferta de prenda de Natal a todas as crianças que frequentam as respostas sociais da área de infância.
- Disponibilização gratuita de ajudas técnicas através do BAT – Banco de Ajudas Técnicas a famílias do concelho de São Pedro do Sul.
- Colaboração em campanhas locais e nacionais, como é o caso da Campanha local “Um acesso para o Martim”, de angariação de fundos para a construção de uma rampa de acesso à habitação de uma criança do concelho com Doença de Niemann Pick.
- Articulamos, divulgamos e participamos na campanha “Energia Solidária – 2025”, promovida pela Entrajuda e Galp, possibilitando a atribuição de uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 60 famílias carenciadas dos concelhos de S. Pedro do Sul e Vouzela, em dois momentos do ano.
- Disponibilização gratuita de parcela de terreno na “Horta Comunitária”, com incentivo à produção agrícola para autoconsumo em modo de produção biológica e articulação de acompanhamento técnico aos utilizadores por engenheiro agrícola do projeto “Terras São Pedro” da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.
- Manutenção da parceria GAL-ADDLAP e à respetiva EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local ADDLAP 2030.
- Coorganizamos a “II Jornada + Visibilidade – pensar a pessoa idosa”, destinada a cuidadores formais, cuidadores informais e comunidade, com o objetivo de desmistificar e valorizar o papel da pessoa idosa, bem como dos cuidados a prestar às mesmas.
- Lideramos o consórcio da parceria para o território de Lafões, no âmbito do combate à privação material, através de projeto com o mesmo nome, nas vertentes de distribuição direta de bens alimentares e de distribuição indireta através da atribuição de cartões eletrónicos – cartões sociais.











Educação e Cultura

Continuamos a implementar medidas e a apoiar iniciativas que valorizam a identidade cultural da instituição e do concelho.

- Foi mantida a publicação trimestral da revista "Caminho no Tempo", com disponibilização em suporte impresso e digital (via site, rede social de Facebook e em *newsletter* institucional).
- Mantemos a recolha e registo de histórias de vida de seniores utentes das várias respostas sociais da instituição, procedendo, inclusive, com a devida autorização dos próprios, à sua publicação na revista institucional.
- Foram promovidas as comemorações dos "150 Anos da Instituição", num programa cultural diversificado ao longo do ano e muito direcionado para os utentes e seus responsáveis, colaboradores e comunidade local.
- Retomamos a realização da Feira do Livro, com a XIV edição em parceria com a Agatha Books e o apoio da Farmácia da Misericórdia e do Município de S. Pedro do Sul, na qual se procura que seja uma manifestação cultural de referência na promoção do livro, da leitura e do gosto precoce pelo mesmo.
- Foram promovidas as comemorações de S. António, padroeiro da instituição, integradas numa semana cultural com um programa descentralizado e aberto à comunidade, onde se incluiu, para além da procissão de S. António, todo um conjunto de espetáculos musicais e culturais.
- Foi mantida a abertura da Capela de S. António para a comunidade (de forma diária) e para visitas guiadas do Município no âmbito do turismo local sempre que solicitado.
- Foi mantida a disponibilização de salas contíguas da Capela de S. António, para a Paróquia de S. Pedro do Sul, ao longo do ano, para o desenvolvimento da catequese da mesma.
- Mantivemos, em parceria com o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul e a MUT, o desfile de Carnaval das crianças, pela Av. Sá Carneiro em S. Pedro do Sul.
- Colaboramos e recebemos nas nossas ERPI a iniciativa "Abraço Fraternal" da Fundação INATEL, que procura possibilitar a disseminação de um acervo de atuações culturais, na altura do Natal, junto de instituições sociais.
- Mantemos, ao longo do ano, um acervo de iniciativas culturais e tradicionais nas várias respostas sociais.
- Mantemos a dinamização, com convidados externos (e instituições parceiras), dos debates que designamos "O Mundo Hoje", sobre temas da atualidade, históricos ou vivências, junto dos idosos da Misericórdia (e seus familiares), convidando alternadamente outras instituições congéneres a participarem.



Responsabilidade Social Interna

O bem estar e o apoio aos trabalhadores continuam a ser um dos vetores da nossa atividade.

- Distribuição de cabaz de Natal a todos os trabalhadores.
- Antecipação do subsídio de Natal ou férias mediante solicitação.
- Atribuímos o dia de aniversário dos colaboradores como dia de férias complementar.
- Manutenção do programa de bem-estar para os colaboradores (cedência de espaço para dinâmicas de Zumba/ginástica), sessões de Fisioterapia laboral/ginástica em contexto laboral.
- Disponibilização de um ginásio interno, equipado com vários equipamentos de treino, para uso livre dos colaboradores.
- Aposta na comunicação interna em vários canais (e-mail, *newsletter*, revista, reuniões *online* e presenciais, etc.) para garantir a consistência das mensagens em tempo de incerteza.
- Reconhecimento interno do papel das mulheres na sociedade, assinalando o Dia Internacional da Mulher, com dinamização de iniciativa simbólica e reconhecimento público das mulheres (utentes e colaboradoras) que fazem esta casa.
- Procuramos promover e incrementar a formação profissional contínua, numa perspetiva de melhoria de competências e aposta na qualificação das equipas de trabalho.
- Procura e manutenção de protocolos comerciais para garantir condições comerciais mais vantajosas em estabelecimentos comerciais e de serviços locais aos colaboradores e irmãos da MSPS.
- Disponibilização gratuita de garrafas e equipamentos dispensadores de água em todos os edifícios das respostas sociais, para uso aberto pelos utentes, colaboradores e visitas.
- Preparação de preço/condições mais vantajosas no recurso às consultas/tratamentos na clínica de Fisioterapia Nossa Senhora do Amparo, para os utentes e colaboradores da Misericórdia.
- Adjudicação dos serviços de arquitetura paisagística para tornar os jardins da sede da instituição acessíveis a mobilidade reduzida.



Recuperação e Preservação do Património

O património é uma herança do passado que temos que respeitar, valorizar, tirar mais-valias e transmitir às gerações futuras.

- (Re)inauguração da Creche Girassol, após obras de remodelação, modernização e ampliação da creche com vista ao aumento da capacidade instalada e consequente disponibilização à comunidade de um maior número de vagas.
- Intervenções de manutenção regular e preventiva nos edifícios associados às várias respostas sociais.
- Intervenções de manutenção regular nos edifícios colocados no mercado de arrendamento (pinturas; reparação de infiltrações; manutenções regulares; etc.).
- Conclusão da remodelação do R/c da casa detida nas Termas de São Pedro do Sul, e sua colocação no mercado de arrendamento local, com renda acessível.
- Remodelação de um apartamento T3 no R/c do edifício da Belavista, detida na cidade de São Pedro do Sul e a sua colocação no mercado de arrendamento local, com renda acessível.
- Reanálise do projeto do antigo hospital, com vista a alteração do seu fim funcional, considerando os constrangimentos verificados para a concretização do projeto inicial (Hotel geriátrico).
- Lançamento do concurso público e respetiva adjudicação dos trabalhos para a 1.ª fase de intervenção no edifício da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, compreendendo os trabalhos de alteração da cobertura e isolamento das paredes com aplicação de capoto.
- Gestão corrente e limpeza da quinta de Vendabões, recuperando culturas frutícolas.
- Limpeza do armazém de Vendabões para o eventual arrendamento.
- Início dos trabalhos de limpeza e preparação da casa da Quinta de Vendabões para posterior colocação no mercado de arrendamento local.
- Gestão corrente e limpeza da Horta Comunitária, tendo-se elaborado projeto de instalação de quinta pedagógica neste espaço.
- Pedido de autorização à Câmara Municipal para colocação de contentores na Horta Comunitária, para abrigos agrícolas, sua aquisição e início de preparação no local.
- Preparação e adequação do espaço do antigo CATL, para instalação de Policlínica – clínica Fisiátrica Nossa Senhora do Amparo, bem como início do processo de licenciamento junto da ERS.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Considerando que os combustíveis e a aquisição de bens alimentares têm um grande peso na estrutura da instituição, é espectável uma continuidade no agravamento destes gastos, sendo, também, previsível um impacto adicional no custo de outros bens e serviços.

Nestes termos, a instituição procurará, desde já, estudar e promover iniciativas que possam mitigar este impacto espectável de custo. Refira-se, a título de exemplo, a importância para:

- Uma racionalização constante dos recursos.
- Reforço de boas práticas de reutilização de materiais, poupança de energia e água.
- Aceleração do processo de transição para a mobilidade elétrica.
- Alargamento da implementação das medidas de eficiência energética consideradas nos estudos energéticos dos edifícios das várias respostas sociais, sendo prioritário o da ERPI Lar de Grandes Dependentes.
- Ao abrigo da nova regulamentação de certificação energética, estudo e implementação de novas soluções como a substituição de equipamentos técnicos mais obsoletos e remodelação da ERPI Lar de Grandes Dependentes.
- Reforço da sensibilização para as dicas de poupança de combustível na condução.
- Procura de novas parcerias para a partilha de recursos e/ou apoio à instituição ao abrigo do mecenato.

Contingência económica nacional/mundial de incerteza (com três Guerras com perspectivas de se prolongarem no tempo), o que requer um acompanhamento próximo e cauteloso de todo o processo, para melhor adotarmos as medidas possíveis.

8. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2025 com Resultados Líquidos positivos no montante de 271.895,27€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta "Resultados Transitados".



NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes, reafirmamos que a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós inculcar o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Viseu do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral

O Contabilista Certificado

Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 17 de março de 2026.

A Mesa Administrativa:

Provedor

Vice-Provedor

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 29 de Maio de 2026.

Presidente

Ricardo Ferreira Borges

Vice-Presidente

Gustavo Fernandes Almeida Pires

Secretário

Paula Cristina Ramos Pinto

Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.

(Handwritten signatures and initials on the right margin)

ANEXOS

Anexo 1 - Relatório de Contas

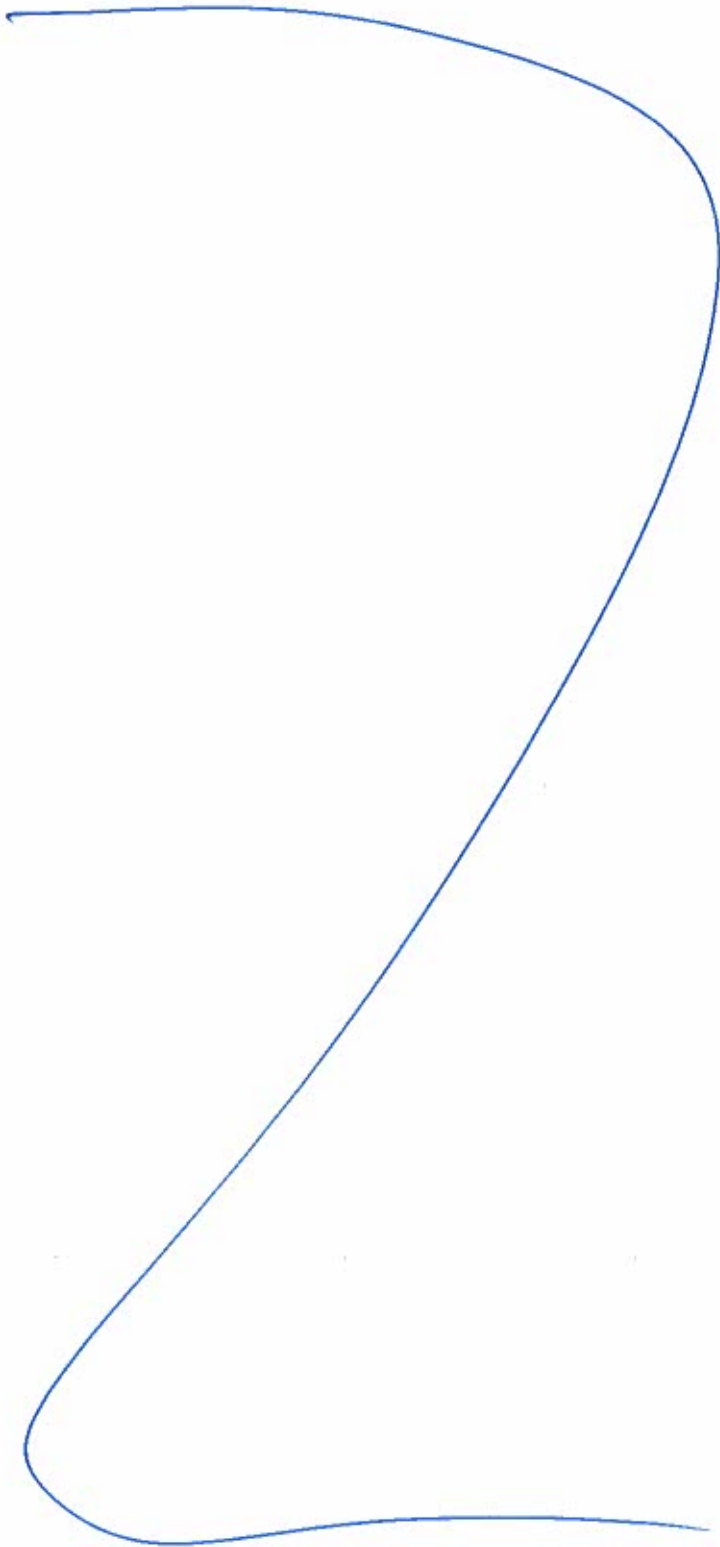
Anexo 2 - DMR comparativas

Anexo 3 - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo 4 - Ata da Assembleia Geral



Handwritten signatures in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. The signatures are stylized and appear to be in Portuguese. From top to bottom, they include a signature that looks like 'A. M.', a signature with '163.' below it, a signature that looks like 'C.', a signature that looks like 'M. L.', a signature that looks like 'M. S.', and a signature that looks like 'P. S.'.

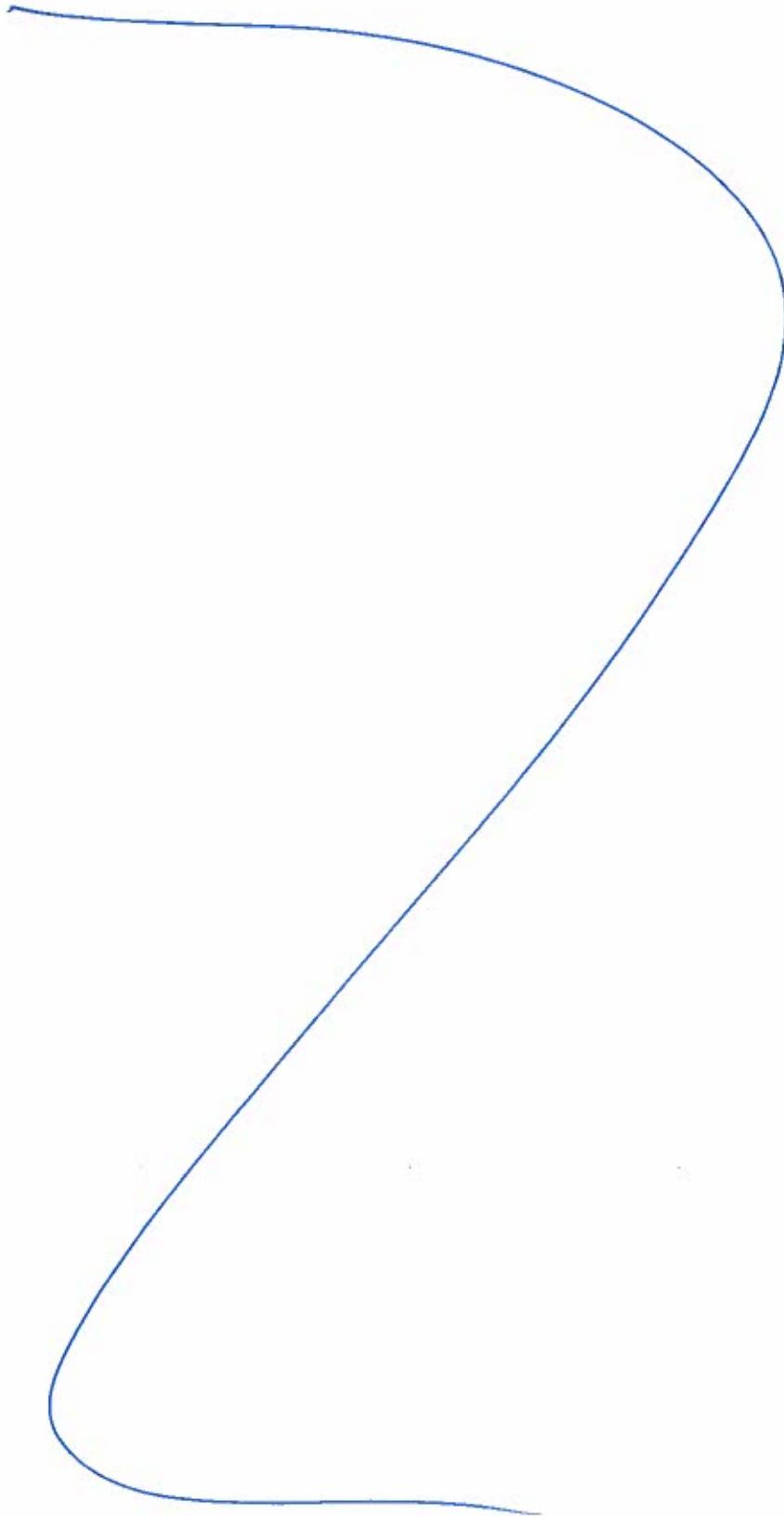


Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. The signatures are stylized and difficult to decipher, but appear to include several distinct marks and names.

Anexo 1 – Relatório de Contas

[Handwritten signatures in blue ink]





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature with a vertical line, a signature with a horizontal line, and several smaller signatures below.

BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (Individual)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	5 321 427,31	5 192 584,64
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294,56	98 294,56
Ativos intangíveis	3/6	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	3/14.1	22 610,55	22 610,55
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem			
		5 442 332,42	5 313 489,75
Ativo corrente			
Inventários	3/8	48 008,98	54 058,72
Créditos a Receber	3/14.2	52 229,14	57 972,21
Estado e outros entes públicos	3/14.9	172 097,55	168 995,80
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem	3/14.3	41,00	11,00
Outros ativos correntes	3/14.4	577 505,52	553 174,80
Diferimentos	3/14.5	18 963,50	14 738,18
Caixa e depósitos bancários	3/14.6	1 808 895,84	1 577 075,30
		2 677 741,53	2 426 026,01
Total do ativo		8 120 073,95	7 739 515,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14.7	5 607 471,77	5 821 707,82
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11/14.7	1 226 609,72	1 241 654,86
Resultado líquido do período		271 895,26	-214 236,05
Total dos fundos patrimoniais		7 105 976,75	6 849 126,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3/14.8	89 090,44	144 563,60
Estado e outros entes públicos	3/14.9	82 763,18	96 133,25
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	3/14.10	793 467,13	633 339,57
Diferimentos	3/14.5	48 776,45	16 352,71
		1 014 097,20	890 389,13
Total do passivo		1 014 097,20	890 389,13
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 120 073,95	7 739 515,76

1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de eurc

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
 Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

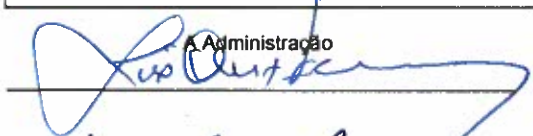
UNIDADE MONETÁRIA(1)

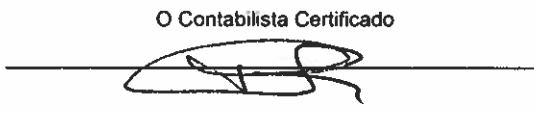
EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025


RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	3/9	4 655 801,83	4 036 013,56
Subsídios ISS	3/14.11	55 432,82	43 048,17
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	268 528,56	132 987,63
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	14.13	2 515,91	9 111,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-150 017,07	-132 355,27
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-1 115 840,12	-1 095 257,01
Gastos com o pessoal	3/12	-3 459 316,86	-3 258 039,22
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/14.2	9 070,43	-15 776,15
Provisões (aumentos/reduções)	10	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/redução)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	340 546,70	339 363,39
Outros gastos	14.15	-53 019,98	-35 939,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		553 502,22	23 157,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/6	-281 606,96	-237 393,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		271 895,26	-214 236,05
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		271 895,26	-214 236,05
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		271 895,26	-214 236,05

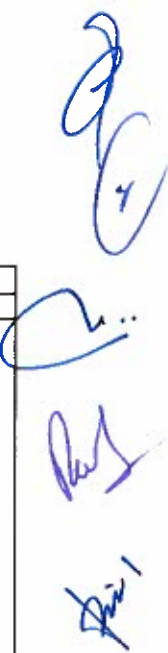
A Administração


O Contabilista Certificado


Agostinho de Almeida Bizarro







DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 605 858,88	1 553 264,88
Pagamentos a fornecedores		-1 383 359,23	-1 223 695,08
Pagamento de Apoios		-5 333,94	-14 800,30
Pagamento a pessoal		-2 285 018,48	-2 159 055,94
Caixa gerada pelas operações		-2 067 852,77	-1 844 286,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		2 361 063,63	1 554 689,83
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		293 210,86	-289 596,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamento respeitantes a:</i>			
Propriedades de investimento		-706,10	-899,37
Activos fixos tangíveis		-347 916,20	-803 456,46
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Propriedades de investimento		151 834,09	154 752,50
Activos fixos tangíveis		3 897,34	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Subsídios de investimento		0,00	151 494,17
Juros e proveitos similares		25 909,31	45 968,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-166 981,56	-452 140,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamento obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		105 591,24	7 480,85
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamento obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		105 591,24	7 480,85
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		231 820,54	-734 255,95
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 577 075,30	2 311 331,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/14.6	1 808 895,84	1 577 075,30

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature of the Administration]
[Handwritten signature of the Certified Accountant]
 Mod. MSPS-PG1 048-02

[Handwritten signature of the Certified Accountant]

ANEXO 2025**1. Identificação da Entidade**

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia n.º 6 – 3660-694 São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 6 respostas sociais tipificadas: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; ERPI Lar de Grandes Dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; e o Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derogadas.


2.3 Não aplicável

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1 Principais políticas contabilísticas.****3.1.1 Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

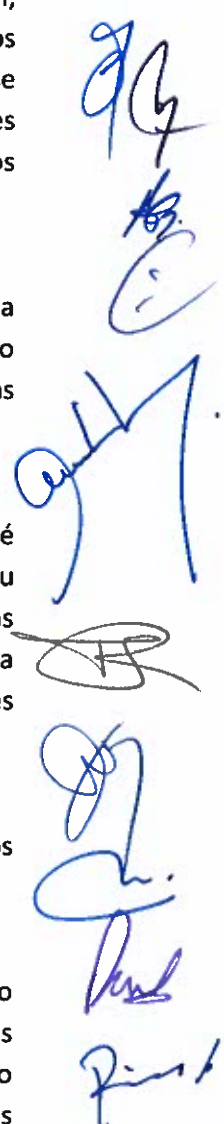
Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas**Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page. The signatures are vertically aligned and appear to be initials or names of individuals involved in the document's review or approval.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Alterações do risco segurado;
- Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos financeiros” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

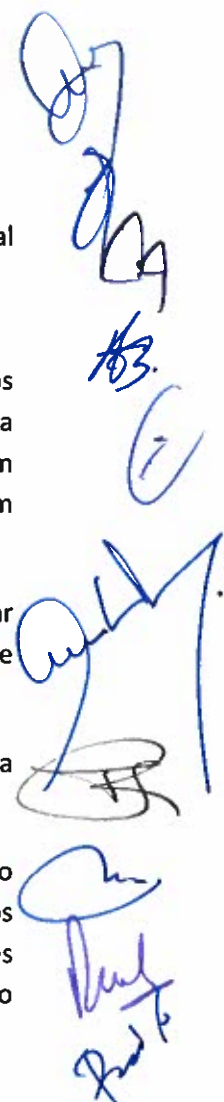
Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviços, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.



O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo

O rédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

De acordo com o parecer da CNC, de 31 de outubro de 2023, e circular 93/2023, de 10-11-2023, da União das Misericórdias Portuguesas, sobre a contabilização do rédito, as verbas provenientes dos acordos de cooperação passaram a ser contabilizadas na conta 72 – Prestações de Serviços ao invés da conta 75 – Subsídios à exploração.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller initials, and a signature that appears to be 'Rui' at the bottom.

Assim, a partir das demonstrações financeiras de 2023, inclusive, foi adotado o tratamento em apreço.

3.1.5 Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 14.6.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2024 e 2025 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37	0,00	0,00	0,00	0,00	83.445,37
Bens Móveis	14.849,19	0,00	0,00	0,00	0,00	14.849,19
Obras de Arte	7.103,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Outros	7.746,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.746,13
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	813.497,94	0,00	5.525.387,14
Equipamento Básico	1.859.323,70	44.389,96	10.339,68	-0,40	0,00	1.893.373,58
Equipamento de transporte	394.217,72	0,00	0,00	0,00	0,00	394.217,72
Equipamento administrativo	355.755,20	1.648,37	0,00	0,00	0,00	357.403,57
Outros ativos fixos tangíveis	87.619,66	5.973,88	0,00	-36,00	0,00	93.557,54
Ativos fixos tangíveis em curso	212.399,71	797.056,93	0,00	-813.497,94	0,00	195.958,70
Total	7.792.902,31	849.069,14	10.339,68	-36,40	0,00	8.631.595,37

Depreciações 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.938.302,10	107.813,66	0,00	0,00	0,00	2.046.115,76
Equipamento Básico	1.681.101,93	61.238,24	10.339,68	-0,40	0,00	1.732.000,09
Equipamento de transporte	374.642,72	9.787,50	0,00	0,00	0,00	384.430,22
Equipamento administrativo	334.889,73	5.674,29	0,00	0,00	0,00	340.564,02
Outros ativos fixos tangíveis	77.422,72	5.548,31	0,00	0,00	0,00	82.971,03
Total	4.406.359,20	190.062,00	10.339,68	-0,40	0,00	4.586.081,12

Perdas por Imparidade 2024				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Fixos Tangíveis 2025						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferência s e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	11.480,00	0,00	0,00	160.217,12
Edifícios e outras construções	5.525.387,14	0,00	24.420,77	84.714,92	0,00	5.585.681,29
Equipamento Básico	1.893.373,58	109.421,25	8.255,54	0,00	0,00	1.994.539,29
Equipamento de transporte	394.217,72	101.551,45	500,00	13.540,00	0,00	508.809,17
Equipamento administrativo	357.403,57	28.962,34	0,00	0,00	0,00	386.365,91
Outros ativos fixos tangíveis	93.557,54	25.008,69	104,54	0,00	0,00	118.461,69
Ativos fixos tangíveis em curso	195.958,70	165.370,48	0,00	-178.527,39	0,00	182.801,79
Total	8.631.595,37	430.314,21	44.760,85	-80.272,47	0,00	8.936.876,26

Depreciações 2025						
Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.046.115,76	136.194,76	24.420,77	0,00	0,00	2.157.889,75
Equipamento Básico	1.732.000,09	55.747,91	7.147,72	0,00	0,00	1.780.600,28
Equipamento de transporte	384.430,22	21.757,75	0,00	13.540,00	0,00	419.727,97
Equipamento administrativo	340.564,02	11.036,79	0,00	0,00	0,00	351.600,81
Outros ativos fixos tangíveis	82.971,03	7.795,75	0,00	0,00	0,00	90.766,78
Total	4.586.081,12	232.532,96	31.568,49	13.540,00	0,00	4.800.585,59

Perdas por Imparidade 2025				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3 Propriedades de Investimento

2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	2.035.436,81	0,00	-3.529,03	0,00	0,00	2.031.907,78
Propriedades de investimento - depreciações	-838.635,48	-47.331,19	1.129,28	0,00	0,00	-884.837,39
Total	1.196.801,33	-47.331,19	-2.399,75	0,00	0,00	1.147.070,39

2025						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	2.031.907,78	0,00	0,00	87.140,25	0,00	2.119.048,03
Propriedades de investimento - depreciações	-884.837,39	-49.074,00	0,00	0,00	0,00	-933.911,39
Total	1.147.070,39	-49.074,00	0,00	87.140,25	0,00	1.185.136,64

6. Ativos Intangíveis

6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Perdas por Imparidade 2024				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Intangíveis 2025						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2025						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Perdas por Imparidade 2025				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quer em 2024, quer em 2025, não foi contraído qualquer empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

8. Inventários

2024					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	54.145,09	93.436,90	38.832,00	54.058,72	132.355,27
Total	54.145,09	93.436,90	38.832,00	54.058,72	132.355,27

2025					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		85.833,43	58.133,90	48.008,98	150.017,07
Total	54.058,72	85.833,43	58.133,90	48.008,98	150.017,07

9. Rédito

Descrição	2025	2024
Vendas	205,29	42,69
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.592.138,42	1.554.650,88
Quotizações e Joias	5.301,50	5.013,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	5.710,35	42.225,56
ISS – Acordos de cooperação	3.052.246,27	2.434.081,43
Juros	23.462,23	42.635,36
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	4.679.064,06	4.078.648,92

10. Provisões

Sem existência de provisões.

Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Manuel Conde Marques de Oliveira	
Vice-Presidente	Joaquim António Tavares Loureiro	
Secretária	Maria João Santos Tavares Jorge	

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	
Vice-Presidente	Maria João Martins Figueiredo Fernandes	
Secretária	Paula Cristina Paiva Pinto	

O número médio de empregados internos ao serviço foi de 190, em 2024 e de 194 em 2025, considerando substituições e programas do IEFP e não considerando as baixas prolongadas e licenças sem vencimento (2).

Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	2.610.418,41	2.424.434,26
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	25.356,14
Encargos sobre as remunerações	602.211,66	556.655,68
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	36.819,36	56.620,24
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	209.867,43	194.972,90
Total	3.459.316,86	3.258.039,22

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul ficou obrigada à revisão legal de contas a partir de 1 de janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2025 foram de 4.200,00€ acrescidos de IVA à taxa normal, relativos à revisão legal de contas.

14. Outras Informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2025	2024
Investimentos noutras empresas	149,64	149,64
Outros investimentos financeiros	22.460,91	22.460,91
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	22.610,55	22.610,55

14.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e utentes c/c		
Cientes	11.155,04	8.284,92
Utentes – saldo devedor	41.074,10	49.687,29
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
Total	52.229,14	57.972,21
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	5.721,00	16.684,00
Utentes	27.453,10	25.560,53
Total	33.174,10	42.244,53
Adiantamento de Clientes e Utentes	112.787,35	100.348,31
Clientes com caução	2.635,00	1.935,00

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Clientes	0,00	10.959,54
Utentes	1.892,57	5.050,89
Total	1.892,57	16.010,43

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Clientes	10.963,00	0,00
Utentes	0,00	234,28
Total	10.963,00	234,28

14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Fundadores/.../Associados/Membros	41,00	11,00
Total	41,00	11,00

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresentava, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	4.173,81	0,00
Adiantamentos a fornecedores de investimento	63,42	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	15.758,44	29.838,00
Entidades Públicas	118.913,10	96.440,89
Outros Devedores	438.596,75	426.895,91
Total	577.505,52	553.174,80

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer	18.963,50	14.738,18
Rendimentos a reconhecer	48.776,45	16.352,71

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa de Depósitos Bancários”, demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.145,49	240,95
Depósitos à ordem	405.750,35	516.721,42
Depósitos a prazo	1.402.000,00	1.060.112,93
Total	1.808.895,84	1.577.075,30

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

2024				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.761.461,17	60.246,65	0,00	5.821.707,82
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	454.614,76	577.678,32	27.694,69	1.004.598,39
Doações	236.906,83	0,00	0,00	236.906,83
Outros	149,64	0,00	0,00	149,64
Total	6.453.132,40	637.924,97	27.694,69	7.063.362,68

2025				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.821.707,82	0,00	214.236,05	5.607.471,77
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	1.004.598,39	45.750,00	60.795,14	989.553,25
Doações	236.906,83	0,00	0,00	236.906,83
Outros	149,64	0,00	0,00	149,64
Total	7.063.362,68	45.750,00	275.031,19	6.834.081,49

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	89.090,44	144.563,60
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	89.090,44	144.563,60

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IRC	0,00	0,00
IVA	172.097,55	168.995,80
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	172.097,55	168.995,80
Passivo		
IRC	0,00	0,00
IVA	2.296,47	462,05
IRS	10.082,50	18.297,00
Segurança Social	70.384,21	77.374,20
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	0,00	0,00
Total	82.763,18	96.133,25

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica "outros passivos correntes" desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2025	2024
Pessoal	208,22	528,72
Fornecedores de Investimentos	72.043,46	15.540,85
Cientes e Utentes - cauções	2.635,00	1.935,00
Adiantamentos de clientes	112.787,35	100.348,31
Credores por acréscimos de gastos	533.045,40	479.558,38
Outros credores	72.747,70	35.428,31
Entidades Públicas	0,00	0,00
Total	793.467,13	633.339,57

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	137.475,47	117.729,86
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	186.485,91	58.305,94
Legados	0,00	0,00
Total	323.961,38	176.035,80

14.12 Fornecimentos e serviços externos

Os "Fornecimentos e serviços externos" subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	311.333,72	306.894,41
Serviços especializados	181.513,34	179.923,99
Materiais	39.525,67	28.933,43
Energia e fluidos	261.152,31	279.726,03
Deslocações, estadas e transportes	527,85	787,82
Serviços diversos	321.787,23	298.991,33
Total	1.115.840,12	1.095.257,01

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

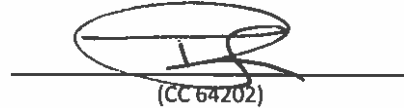
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

O Diretor-geral



O Contabilista Certificado



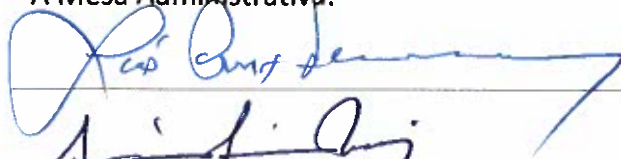
(CC 64202)



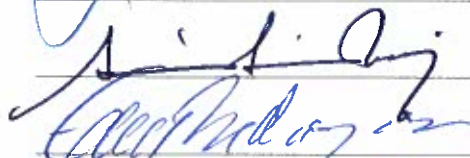
As demonstrações financeiras, para o exercício de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 17 de março de 2025.

A Mesa Administrativa:


Provedor



Vice-Provedor



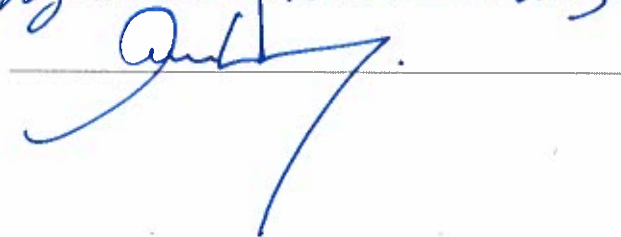
Secretário



Tesoureiro



Vogal



14.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2025 e 2024 os seguintes montantes:

Descrição	2025	2024
Ativos fixos tangíveis	2.515,91	9.111,57
Total	2.515,91	9.111,57

14.14 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	16.745,51	18.703,98
Descontos de pronto pagamento obtidos	34.970,92	74.465,82
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	153.083,55	151.240,36
Juros de depósitos a prazo	23.462,23	42.635,36
Outros rendimentos e ganhos	112.284,49	52.317,87
Total	340.546,70	339.363,39

14.15 Outros Gastos

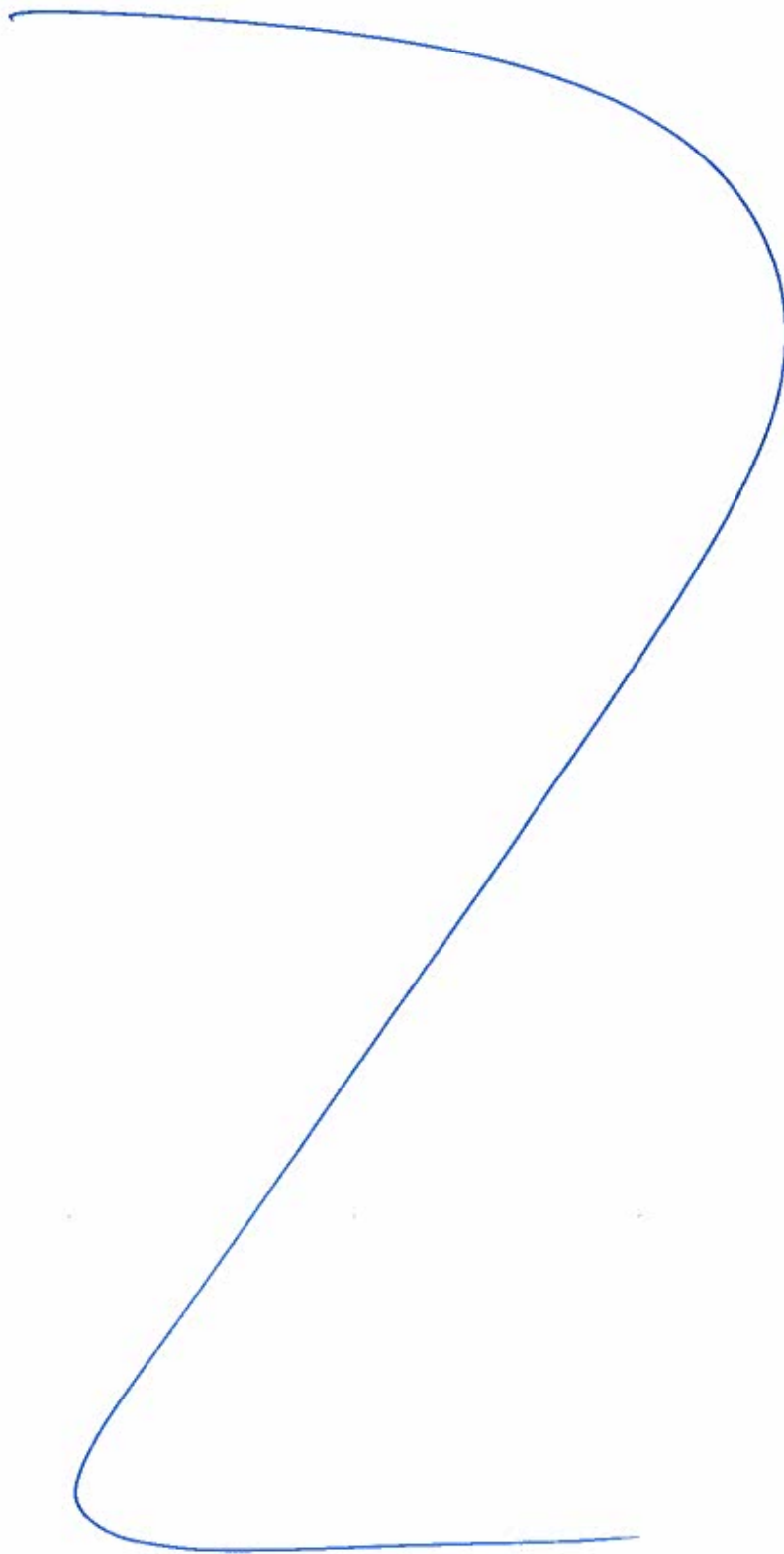
A rubrica "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2.882,62	2.036,30
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.480,00	0,00
Serviços bancários	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	48.657,36	33.903,23
Total	53.019,98	35.939,53

Anexo 2 – DMR Comparativas

[Handwritten signatures in blue ink]





Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. From top to bottom, they include: a signature that appears to be 'Ry', a signature that appears to be 'B.', a signature that appears to be 'C.', a signature that appears to be 'G.H.', a signature that appears to be 'A.P.', a signature that appears to be 'C...', and a signature that appears to be 'Ruy' with 'Pinto' written below it.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSO:

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		1 274 034,75	1 127 346,49
Subsídios ISS		6 644,70	703,80
Subsídios de Outras Entidades		33 102,74	19 543,66
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-18 403,42	-18 484,55
Fornecimentos e serviços externos		-345 837,11	-341 791,16
Gastos com o pessoal		-829 101,41	-828 060,38
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-491,40
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		31 359,10	42 923,68
Outros gastos		-2 398,88	-2 040,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		149 400,47	-350,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-67 120,18	-65 101,01
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		82 280,29	-65 451,67
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		82 280,29	-65 451,67
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		82 280,29	-65 451,67

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures in blue ink]
 Agostinho de Almeida Bizarro
 [Signature]
 [Signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

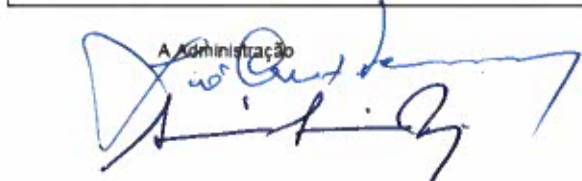
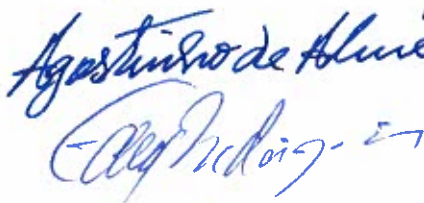

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		1 966 775,71	1 753 891,48
Subsídios ISS		5 611,08	551,54
Subsídios de Outras Entidades		43 921,55	19 385,91
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-15 665,69	-16 491,74
Fornecimentos e serviços externos		-477 610,96	-478 074,36
Gastos com o pessoal		-1 399 667,04	-1 335 599,49
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-591,88	-1 299,87
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		33 086,97	45 043,15
Outros gastos		-3 391,99	-3 009,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		152 467,75	-15 603,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-56 956,33	-50 828,88
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		95 511,42	-66 431,95
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		95 511,42	-66 431,95
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		95 511,42	-66 431,95

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

A Administração

 Agostinho de Almeida Bizarro



O Contabilista Certificado



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		728 490,80	454 767,02
Subsídios ISS		11 464,71	10 951,00
Subsídios de Outras Entidades		36 664,18	29 012,12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-68 784,45	-45 169,34
Fornecimentos e serviços externos		-59 405,52	-53 621,39
Gastos com o pessoal		-577 446,70	-439 681,65
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-190,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		36 157,91	14 807,16
Outros gastos		-7 077,19	-1 062,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		99 873,74	-29 997,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-53 673,56	-24 378,68
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		46 200,18	-54 376,56
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		46 200,18	-54 376,56
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		46 200,18	-54 376,56

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

A Administração
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature of the Certified Accountant]

[Large handwritten signature: Agostinho de Almeida Bizarro]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		316 603,54	300 003,20
Subsídios ISS		12 641,85	0,00
Subsídios de Outras Entidades		5 841,66	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-3 293,11	-2 774,34
Fornecimentos e serviços externos		-102 319,06	-91 824,37
Gastos com o pessoal		-229 753,70	-221 627,36
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-981,50	234,28
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		16 883,78	15 922,04
Outros gastos		-1 564,99	-564,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 058,47	-630,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-15 647,35	-15 563,61
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 588,88	-16 194,17
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-1 588,88	-16 194,17
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1 588,88	-16 194,17

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A Administração *[Handwritten signature]*
 O Contabilista Certificado *[Handwritten signature]*
Agostinho de Almeida Bizarro
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900109 - CLINICA FISIOTERAPI.

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-6 531,84	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		-1 079,44	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7 611,28	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7 611,28	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-7 611,28	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-7 611,28	0,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

A Administração
[Signature]

O Contabilista Certificado

[Signature]

Agostinho de Alameda Bizarro

[Signature]

[Signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		233 753,82	193 042,85
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		43 574,04	46 298,36
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-42 440,20	-28 848,12
Fornecimentos e serviços externos		-38 376,29	-37 240,29
Gastos com o pessoal		-279 594,03	-218 178,69
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-129,19	-2 050,05
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		28 815,15	7 629,74
Outros gastos		-4 412,20	-894,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-58 808,90	-40 240,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-15 544,27	-10 864,83
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-74 353,17	-51 105,71
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-74 353,17	-51 105,71
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-74 353,17	-51 105,71

Administração

 Agostinho de Almeida Bizarro

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Dia

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

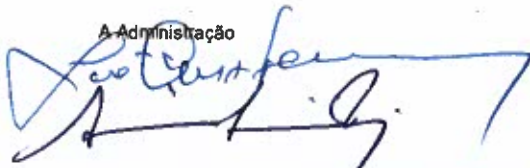

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		112 322,74	85 448,25
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		5 097,75	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 250,52	-912,17
Fornecimentos e serviços externos		-39 698,61	-35 028,16
Gastos com o pessoal		-73 076,19	-63 184,75
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		1 034,65	119,90
Outros gastos		-69,88	-81,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 359,94	-13 638,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9 351,51	-10 976,54
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4 991,57	-24 615,01
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-4 991,57	-24 615,01
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-4 991,57	-24 615,01

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Edespedes



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cantina Soci
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		15 782,07	13 663,50
Subsídios ISS		0,00	5 887,53
Subsídios de Outras Entidades		343,62	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-173,03	-234,20
Fornecimentos e serviços externos		-8 219,28	-8 970,51
Gastos com o pessoal		-8 238,26	-9 216,11
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		-1,10	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-505,98	1 130,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-505,98	1 130,21
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-505,98	1 130,21
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-505,98	1 130,21

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro
Administrador

[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintaria
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

UNIDADE MONETÁRIA(1)
 EUR Factor:
 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		2 515,91	9 111,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		-2 515,91	-9 111,57
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Administração
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado
[Handwritten signature]

Agostinho de Almeida Bizarro
[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900201 - Administração

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		7 838,40	43 864,72
Subsídios ISS		1 616,34	1 333,28
Subsídios de Outras Entidades		94 019,69	2 125,32
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-6,65	-1 409,46
Fornecimentos e serviços externos		-13 870,67	-17 243,36
Gastos com o pessoal		-18 134,80	-4 155,11
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		39 072,02	59 354,72
Outros gastos		-21 731,19	-27 220,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		88 803,14	56 649,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9 911,52	-1 502,18
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		78 891,62	55 147,16
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		78 891,62	55 147,16
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		78 891,62	55 147,16

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro
Agostinho de Almeida Bizarro
Agostinho de Almeida Bizarro



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900204 - Privação Material

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		17 454,14	23 621,02
Subsídios de Outras Entidades		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1 428,79	-1 669,97
Gastos com o pessoal		-16 280,83	-21 951,05
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-255,48	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-255,48	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-255,48	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-255,48	0,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

A Administração
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature of the Certified Accountant]

Agostinho de Almeida Bizarro
[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900203 - Cultivo\Culture

EUR

Factor:

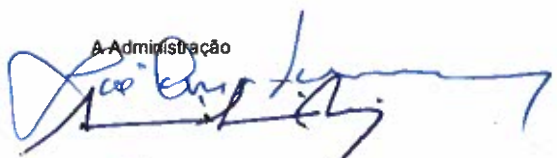
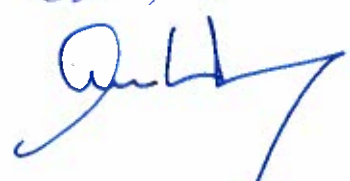
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-394,91	-899,75
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-394,91	-899,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-394,91	-899,75
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-394,91	-899,75
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-394,91	-899,75

A Administração

O Contabilista Certificado


 Agostinho de Almeida Bizarro
 Contabilista Certificado




Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

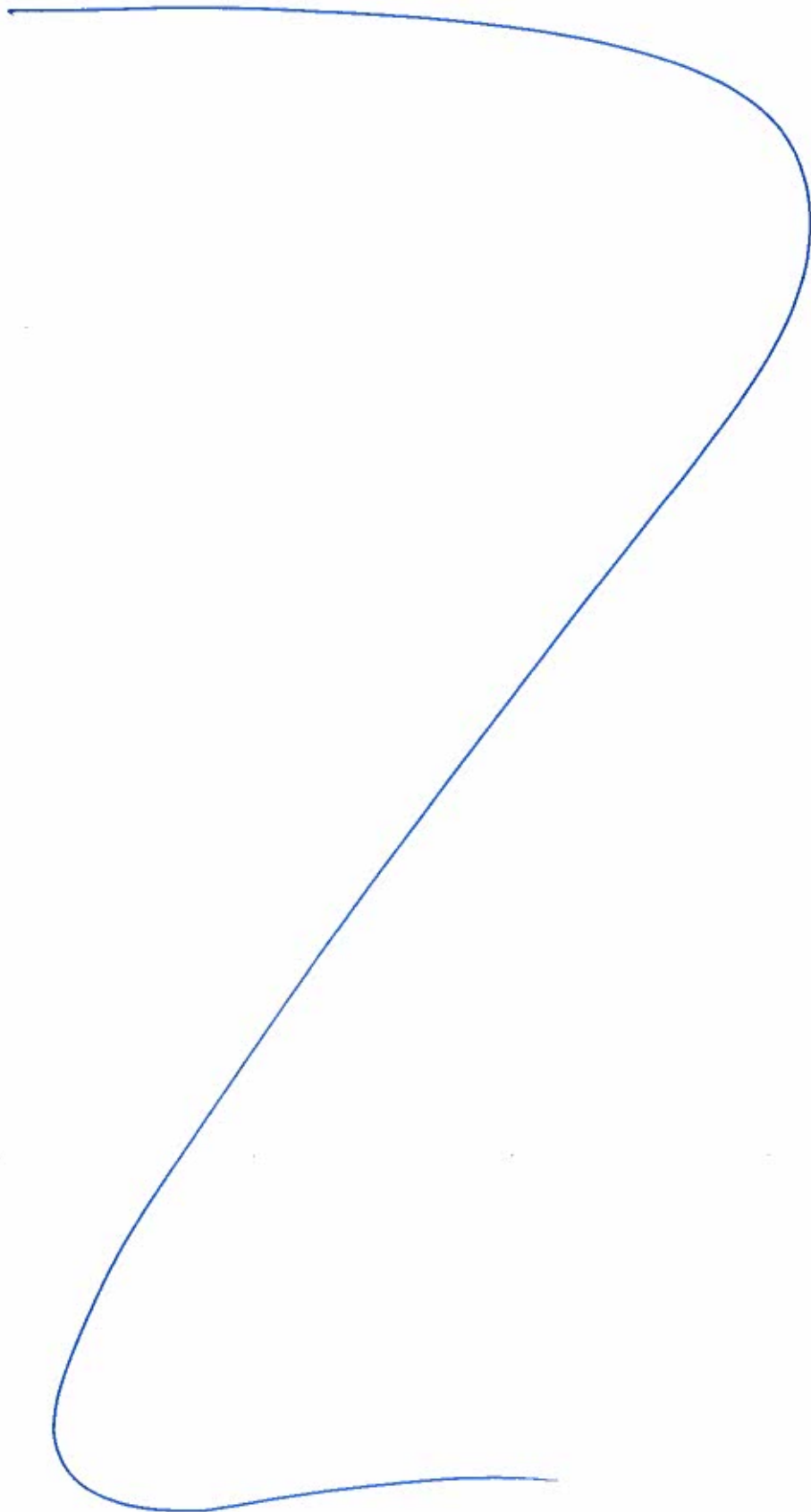
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		5 963,33	4 000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Vanação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-22 147,08	-16 912,18
Gastos com o pessoal		-25 507,98	-14 334,60
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		10 963,00	-10 959,54
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		154 137,12	151 240,36
Outros gastos		-11 293,12	-1 054,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		112 115,27	111 979,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-53 402,24	-52 339,02
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		58 713,03	59 640,23
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		58 713,03	59 640,23
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		58 713,03	59 640,23

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A Administração
[Signature]
 Agostinho de Almeida Brazão
[Signature]
[Signature]

O Contabilista Certificado
[Signature]

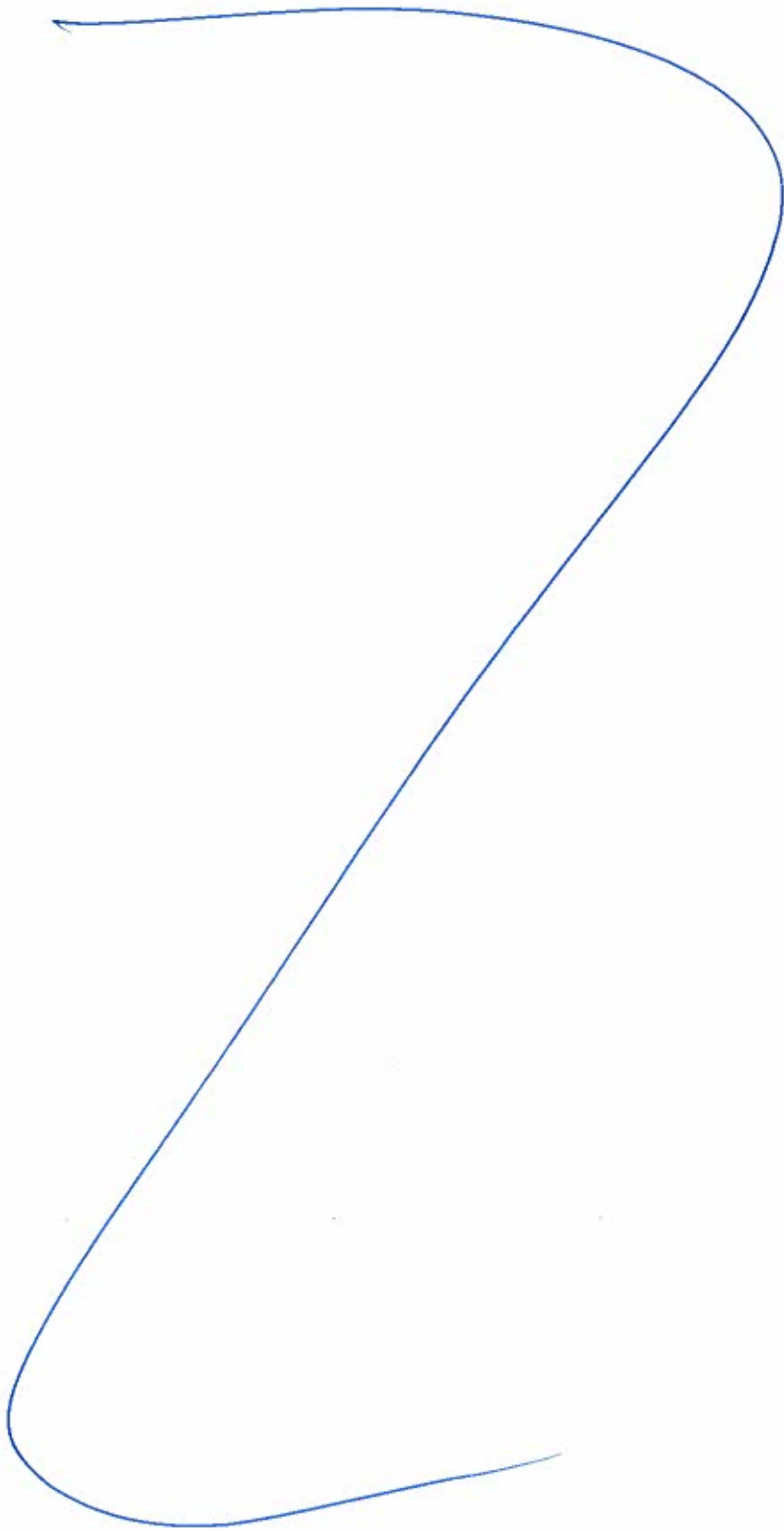


Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. From top to bottom, they include: a stylized 'FB', 'H3.', a circled 'C', a signature that appears to be 'Gul...', a signature that appears to be 'A', a signature that appears to be 'S...', a signature that appears to be 'L...', and a signature that appears to be 'R...'. There are also some smaller, less legible marks below these.

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'G.B.', 'E.', and others]



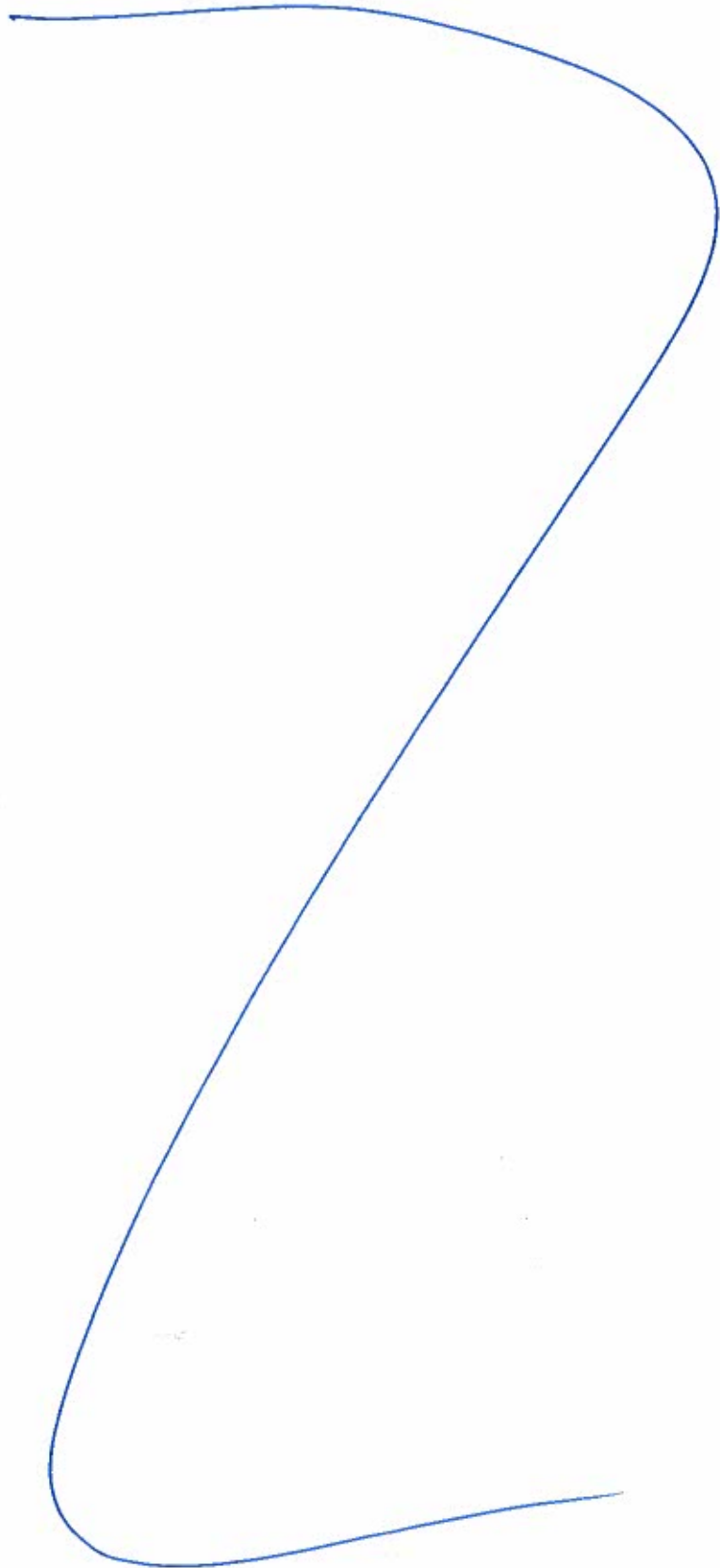


Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '202', the text 'Ats.', and several illegible signatures.

Anexo 4 – Ata da Assembleia Geral

[Handwritten signatures in blue ink, including initials and full names]





Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. From top to bottom, they include: a signature that appears to be 'J. B.', the initials 'A. B.', a circled 'C.', a signature that looks like 'G. A.', a signature that looks like 'L. B.', a signature that looks like 'P. B.', and a signature that looks like 'P. B.'.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 8.120.074 euros e um total dos fundos patrimoniais de 7.105.977 euros, incluindo um resultado líquido de 271.895 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL** em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 819 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 178

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

2



SEDE

NIPC: 505 281 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

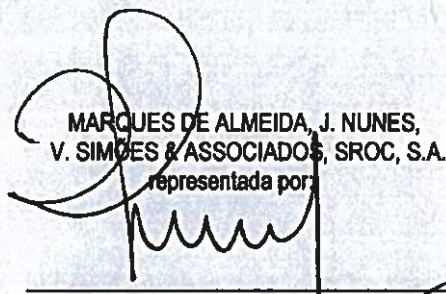
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 26 de Março de 2026

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões – ROC 760,
registo na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 688 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º 16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: josonunes.roc@mail.telepac.pt